

Emilio Gennari



Construindo o poder dos trabalhadores: lições de uma derrota

**Este material constitui a primeira parte do livro *Sindicato e organização de base: passos e tropeços de ontem e de hoje*, Ed. CPV, São Paulo, 1999.
Ao reproduzi-lo, total ou parcialmente, cite a fonte.**

“A revolução não é necessariamente proletária e comunista enquanto se propõe e obtém a derrubada do governo político do Estado burguês: (...) sequer quando propõe e consegue aniquilar as instituições e a máquina administrativa através das quais o governo central exerce o poder político da burguesia; (...) mesmo quando a onda de insurreição popular entrega o poder nas mãos dos homens que se dizem (e são sinceramente) comunistas. A revolução é proletária e comunista quando ela é a liberação das forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no seio da sociedade dominada pela classe capitalista, (...) na medida em que consegue favorecer e promover a expansão e a sistematização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico, necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e distribuição; uma nova ordem em base à qual seja tornada impossível a existência da sociedade dividida em classes, e cujo desenvolvimento sistemático tenda por isto a coincidir com um processo de exaustão do poder do Estado, com um dissolver-se sistemático da organização política de defesa da classe proletária que se dissolve como classe para tornar-se humanidade”.

Antônio Gramsci - Ordine Nuovo 07/07/1920.

Índice:

Introdução	04
1. A primeira guerra mundial	05
2. A esquerda frente à intervenção da Itália na guerra	07
3. A organização da guerra	11
4. Turim, agosto de 1917	13
5. Novembro de 1918: o fim da guerra e os problemas da paz	15
6. As posições políticas e a ação das forças em presença	18
6.1 O partido Socialista e a CGL	18
6.2 Os capitalistas se organizam	24
6.3 Os católicos	27
6.4 Mussolini e o fascismo	28
7. Construindo o poder dos trabalhadores	30
7.1 Revertendo a Ordem	31
7.2 Os “produtores” preparam o futuro	35
7.3 Conselhos: elo de ligação entre a cidade e o campo	37
8. A ascensão do fascismo e a divisão da esquerda	38

Introdução.

Toda vez que uma revolução socialista é coroada de sucesso, logo atrai as atenções de políticos e historiadores pelas mudanças que provoca nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais tanto a nível local como internacional, pelas controvérsias que desperta entre vencidos e vencedores e por projetar-se imediatamente como modelo a ser seguido pelos revolucionários de todos os países ainda submetidos à dominação capitalista.

As revoluções derrotadas (como a alemã, a húngara, a belga, etc.), ao contrário, não merecem o mesmo tratamento. As classes dominantes preferem esquecer-las e, quando possível, não hesitam em arrancar sua lembrança dos livros de história ou em desfigurá-las a tal ponto que o processo revolucionário pareça algo insignificante, obra de agitadores fanáticos interessados somente em provocar a desordem e quebrar as justas leis do Estado. Os revolucionários, por sua vez, tendem a lembrá-las sem muito entusiasmo, pois, no fundo, são tentativas frustradas, algo que é melhor esquecer para não ter que voltar a sentir o gosto amargo da derrota. No entanto, é exatamente pelo fato de não se prestarem a disputas exaltantes ou a versões heróicas e mistificadas que podem oferecer inúmeros elementos para uma reflexão enriquecedora.

Ao dirigirmos nossas atenções sobre a experiência dos Conselhos de Fábrica em Turim, queremos analisar esta que foi uma das tentativas revolucionárias fracassadas que se fizeram presentes na Europa entre 1918 e 1923.

No texto tentamos discutir algumas questões ainda muito controvertidas e atuais: Havia de fato uma situação revolucionária? O proletariado tentou efetivamente destruir a ordem capitalista? Podemos dizer que os dirigentes socialistas ajudaram a enterrar os movimentos? Qual deveria ter sido a atuação dos partidos de esquerda no âmbito institucional e em relação às organizações de base do movimento? A cidadania burguesa, pode ser colocada como ponto de referência na construção do poder dos trabalhadores? Afinal, porque fomos derrotados?

Para responder a estas e outras perguntas, remontamos o contexto histórico e a atuação das principais forças em presença para melhor entender a inserção da classe trabalhadora na sociedade capitalista italiana e as relações que esta estabelecia com o Estado e a ideologia dominante. Isso se faz necessário porque o estudo dos elementos que originaram nossos fracassos podem nos despertar para uma análise mais profunda do momento presente. Sob os escombros da derrota, queremos exercitar junto aos nossos mortos os passos da vitória.

1 - A primeira guerra mundial

Nesta época, o sistema capitalista encontrava-se já em sua fase imperialista. Fase, na qual assistia-se à formação dos monopólios, à fusão do capital financeiro com o capital industrial, à importância crescente que ia assumindo a exportação de capitais em relação à simples exportação de mercadorias e à partilha territorial do globo entre as maiores potências imperialistas.

Era exatamente essa ferrenha disputa entre as potências imperialistas pela posse dos mercados mundiais o fator determinante no amadurecimento das condições que levariam à primeira guerra mundial. Ao tornar-se cada vez mais industrializados, países como Alemanha, França e Inglaterra, , há décadas buscavam garantir seu espaço em mercados onde pudessem vender seus produtos e lutavam para garantir sua dominação nas colônias de onde extraíam em abundância matérias primas a baixíssimo preço.

Nesse contexto, desde o começo do século XX, Alemanha e Áustria-Hungria temiam a Rússia e sua política expansionista que visava dominar a região dos Bálcãs (ex-Iugoslávia) e para a qual servia-se, inclusive, de movimentos nacionalistas da Sérvia. Esta, apoiada pela França, havia duplicado seu território nas guerras dos Bálcãs de 1912-1913 enfraquecendo a Turquia, aliada da Alemanha.

Os ingleses estavam particularmente preocupados com a expansão colonial alemã e o crescimento de sua esquadra que ameaçava a supremacia inglesa nos mares. A Itália temia uma agressão da França e, em função disso, em 1882 havia assinado com Alemanha e Áustria-Hungria o tratado da Tríplice Aliança que estabelecia uma intervenção armada em defesa dos aliados em caso de ataque por parte da França e da Rússia. Mas, a relação entre Itália e Áustria-Hungria não era das melhores, pois há tempo a primeira reivindicava da Áustria a posse da região do Trentino Alto Adige.

O Tratado da Tríplice Aliança, deixava Inglaterra, França e Rússia na incômoda posição de ter que intervir isoladamente no caso de uma crise internacional. Por isso, em 1894, França e Rússia assinavam um pacto de cooperação em caso de agressão militar e, em 1904, França e Inglaterra chegavam a um entendimento para a solução pacífica de suas disputas coloniais. Estes acordos aplanavam o caminho para a criação da Tríplice Entente que, além de apaziguar as disputas comerciais, estabelecia uma relação de mútua ajuda em caso de agressão militar a um de seus signatários.

Por este quadro, é possível entender que o jogo de alianças político-militares dividia a Europa em dois campos armados: a Tríplice Aliança contra a Tríplice Entente. Cada grupo, além de tentar atrair o apoio das nações não diretamente envolvidas nos pactos de aliança, tinha plena consciência de que qualquer disputa entre dois países europeus poderia envolver rapidamente todas as seis potências.

É nesse clima de tensão que a Áustria, temendo o nacionalismo da Sérvia, cujas pretensões expansionistas sobre a Bósnia-Herzegovina, apoiadas pela Rússia, ameaçavam o domínio da própria Áustria nesta região, enviava a Saraievo, capital da Bósnia, o irmão do imperador austríaco para iniciar as negociações com a Sérvia. Em Saraievo, um membro de uma organização clandestina da Sérvia assassinava o enviado austríaco quando este desfilava em carro aberto pelas ruas da cidade em 28 de junho de 1914. A partir desse acontecimento, as relações entre os dois países desgastavam-se rapidamente. Um mês após o atentado, a Áustria-Hungria declarava guerra à Sérvia, responsabilizando-a diretamente pelo atentado.

Como numa reação em cadeia, uma após a outra, as nações européias envolviam-se na guerra. A Rússia declarava sua solidariedade à Sérvia. A Alemanha aproveitava-se deste fato para, em 1 de agosto, declarar guerra à Rússia e, dois dias depois, à França. No dia 4, a Inglaterra solidarizava-se com a França e iniciava os preparativos para a guerra.

Pela lógica dos pactos de aliança, a Itália deveria intervir ao lado da Alemanha, mas suas disputas territoriais com a Áustria impediam que essa possibilidade se concretizasse e transformavam a Itália num país neutro. Inglaterra, Rússia e França buscavam obter este apoio ao assinar com a Itália um acordo secreto para desencadear sua intervenção no conflito. Nele, prometia-se que, em caso de vitória, seriam cedidas à Itália as regiões do Trentino Alto Adige, Trieste, Istria, a Dalmácia e parte da Albânia, além de ajudas financeiras e colônias na África (promessas estas que serão cumpridas somente em mínima parte). Ou seja, uma quantidade de territórios bem maior daquela que a Áustria se dispunha a ceder à Itália para obter sua não intervenção no conflito.



Territórios que eram objeto de disputa entre Itália e Áustria-Hungria e que esta teria cedido à Itália em troca de sua não intervenção no conflito.



Territórios anexados à Itália após o fim da primeira guerra mundial.

Em julho de 1915, a Itália entrava em guerra ao lado de França, Inglaterra e Rússia contra Alemanha e Áustria-Hungria.

As alianças, antes e depois da guerra, revelavam a cada momento a existência de profundos atritos nas relações comerciais, políticas e econômicas das classes dominantes dos países diretamente envolvidos no primeiro conflito mundial. Mas a mesma guerra que enriquecia os monopólios da indústria armamentista e dos setores produtivos a ela interligados, era travada nos campos de batalha por milhões de proletários. Em nome da "defesa da pátria", os trabalhadores estavam combatendo uma luta fratricida para defender os interesses particulares dos capitalistas de cada nação envolvida no conflito. Frente a essa profunda contradição, qual era a reação do movimento operário sindical e das outras forças sociais na Itália antes e durante a guerra?

É o que analisaremos a seguir.

2 - A esquerda frente á questão da intervenção da Itália na guerra.

Em agosto de 1914, o setor majoritário da esquerda alemã apoiava a intervenção militar do seu país em troca de algumas concessões no campo da política social e da criação de novos empregos. Esta decisão, além de desferir um golpe mortal à 2ª Internacional Socialista¹ contribuía para tornar mais tenso e contraditório o debate no interior do Partido Socialista Italiano (PSI) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGL).

Apesar da declaração de neutralidade do governo italiano, ocorrida no dia 1 de agosto de 1914, e, portanto, de sua não intervenção ao lado de Áustria e Alemanha, todos sabiam que essa decisão devia-se apenas a uma avaliação oportunista do momento conjuntural. De um lado, tratava-se de evitar uma reação popular adversa sem que a ela pudessem ser contrapostas amplas manifestações de rua a favor da intervenção no conflito. De outro, buscava-se aumentar o poder de barganha da Itália nas negociações sobre futuras anexações de territórios com ambos os blocos envolvidos na guerra. A classe dominante sabia que a intervenção e a anexação de novos territórios garantiriam a criação de condições de mercado suficientemente fortes para estimular o crescimento da indústria e do emprego, evitando a eclosão de uma crise social que estava latente. Ao mesmo tempo, teria sido possível reduzir o fluxo migratório de saída do país que no passado havia alimentado uma situação de forte descontentamento popular, gerando em toda Itália greves e enfrentamentos com a polícia. Por fim, mas igualmente importante, a intervenção no conflito, ao impor a disciplina militar nas fábricas, ajudaria também a quebrar as lutas do movimento operário e a forjar um exército capaz de sufocar as revoltas proletárias e uma possível revolução.

Em outras palavras, as classes dominantes percebiam que a Itália ao entrar na guerra ao lado do possível vencedor poderia proporcionar-lhes as condições político-econômicas capazes de garantir a permanência no poder e assegurar a governabilidade do país de acordo com as exigências do capital. O único problema que restava era o de convencer os assalariados a participar dessa carnificina, não como carrascos, obviamente, e sim como parte a ser sacrificada. Isso era ainda mais difícil sobretudo após os escassos resultados da ocupação colonialista da Líbia, encerrada em outubro de 1912. Os mortos tinham sido mais de 3400 e não havia a menor condição de concretizar, ainda que parcialmente, nenhuma das promessas de enriquecimento feitas aos soldados antes da guerra.

Frente a essa realidade, a direção do PSI e da CGL pressionava o governo com comícios e manifestações a favor da neutralidade e ameaçava realizar uma greve geral caso este decidisse abandonar a posição de neutralidade e optasse pela intervenção na guerra ao lado de Áustria e Alemanha. Isso não significa que PSI e CGL estivessem trabalhando junto às massas o caráter capitalista do conflito e preparando com elas o acirramento das contradições já presentes no país rumo a um processo de ruptura da ordem existente. Ao contrário, desde o começo de agosto de 1914 o jornal *Avanti* (órgão oficial do PSI) afirmava que caso não fosse possível ao governo sustentar a

¹ A 2ª Internacional foi fundada em 14 de julho de 1889 em Paris, e foi fruto da difusão das idéias marxistas pela Europa, seguida da organização de grandes partidos de massa, principalmente na Alemanha (Partido Social Democrata Alemão - SPD) e na França (Partido Operário). Já em 1900 iniciava-se no seu interior uma polêmica sobre a **participação socialista em governos burgueses**, defendida pelos partidários de Bernstein, na Alemanha, e de Juarés, na França. A resolução adotada neste congresso (apresentada por Kautski) considerava esta participação como uma questão tática, e não de princípio, deixando aos partidos filiados o poder de decisão. No conturbado quadro dos primeiros anos do século XX a II Internacional reunia-se em Basiléia (na Suíça) em 1912. Entre as decisões finais desta reunião havia um repúdio total à uma possível guerra e, obviamente, ao apoio de qualquer um dos partidos da Internacional às ações intervencionistas dos respectivos governos. Esta resolução porém, acabou sendo desconsiderada pelo SPD e por outros partidos. Esse fato e a polêmica que se gerou ao seu redor acabaram marcando a crise da 2ª Internacional e o amadurecimento, após a eclosão da Revolução Soviética, das condições que levariam à fundação de uma nova Internacional em 1919.

posição de neutralidade da Itália perante os outros países, o partido jamais aceitaria uma aliança com o bloco áustro-alemão: abria-se o caminho para a idéia de intervenção ao lado da Entente (França, Inglaterra e Rússia). Apesar dos discursos radicais em favor da neutralidade, esta idéia ganhava terreno entre os reformistas em função dos possíveis benefícios econômicos que a classe trabalhadora poderia obter com a vitória da Entente. A falação de Alceste de Ambris, dirigente da CGL a 18 de agosto de 1914 ilustra claramente quanto acabamos de dizer: *“Creio, de resto, que o fato prodigioso ao qual temos a sorte ou o azar de assistir terá duas conseqüências que obrigarão todos os partidos e todas as filosofias a uma reviravolta radical desprezando todos os hábitos mentais qualquer que seja o princípio em que se inspiram (...). O pacifismo burguês e o internacionalismo socialista entram ao mesmo tempo em bancarrota. (...) A vitória antialemã, (...) permite-nos esperar uma série de benefícios de caráter econômico, político e moral que permitiriam um vigoroso desenvolvimento de todas as forças de progresso da humanidade (...). Certo não é ainda a nossa revolução”*.

Mussolini, membro do partido socialista e da direção do seu jornal O Avanti, era partidário dessa posição e colocava-se cada vez mais claramente a favor da intervenção da Itália ao lado da Entente sustentado pela direita intervencionista do PSI e pelos reformistas da CGL. Em 18 de outubro de 1914, Mussolini escrevia no Avanti um artigo intervencionista que permanecerá famoso: *“Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e atuante”*. Após advertir que a fórmula da neutralidade absoluta, defendida pelo PSI, era compartilhada apenas do ponto de vista teórico por todas as forças que compunham o partido, dizia: *“Avaliar todas as guerras do mesmo modo seria absurdo e - se-ja-nos permitido dizê-lo - cretino. Desencadeada a guerra, as simpatias dos socialistas dirigem-se à parte agredida. Um outro elemento que contribui para determinar a atitude dos socialistas é a revisão das conseqüências - mais ou menos desfavoráveis ao desenvolvimento das nossas idéias - que a vitória, de uns ou de outros, traz no seu seio sangrento. Uma neutralidade socialista que prescindisse dos resultados possíveis da guerra atual, seria não apenas um absurdo, mas um delito”*.

Além disso, Mussolini falava da responsabilidade da guerra e da diferença entre guerra de conquista e de defesa para posicionar o PSI ao lado da Entente. Defendia a guerra como tática para pôr fim às guerras, guerra que libertaria o socialismo e a Europa do jugo áustro-alemão. Denunciava que a partir do momento em que os socialistas não reagissem contra uma convocação militar para uma guerra de defesa do território nacional contra possíveis hostilidades áustro-alemãs, isso poderia conduzi-los muito longe: *“a ver se convém opormo-nos praticamente àquela guerra que nos libertasse preventivamente e para sempre de tais futuras represálias”*.

Analisando os problemas pelo ângulo da neutralidade absoluta, Mussolini advertia que a atitude partidária favorecia a monarquia que queria permanecer fora da guerra contra os aliados da Tríplice e acrescentava: *“para os que vêem a neutralidade absoluta em relação à Áustria como empenho para uma ação prática que evite a guerra, o dilema está posto nestes termos: se (...) quereis acentuar a oposição à guerra, deveis preparar-vos para fazer a revolução. (...) Na Itália o melhor momento é agora”*. E expressava algumas hipóteses sobre os problemas inerentes a uma ação revolucionária e sua possibilidade ou não de impedir a guerra. Mais adiante dizia: *“Os problemas nacionais existem também para os socialistas”*. Passava a citar problemas vividos por outros partidos socialistas afirmando que não só as questões nacionais existiam como também se elas não fossem resolvidas perturbariam o processo da luta de classes. E enfrentando uma contradição real do partido quanto à sua ação internacional declarava: *“Se o conceito de nação está superado, se a defesa nacional é um absurdo para os proletários que nada teriam a defender, devemos ter a coragem de desautorizar os socialistas da Bélgica e da França que frente à invasão alemã confundiram (...) a classe na nação e deduzir que só existe um socialismo no mundo, genuíno, autêntico, puríssimo: o socialismo italiano... Mas é um ato de soberba que por muitas razões não nos convém!”*.

O artigo causava imensa polêmica. A direção do PSI rejeitava a tese da intervenção e Mussolini era destituído da direção do Avanti, mas continuava no partido.

A 31 de outubro, Gramsci fazia sua estréia como jornalista. Tratava-se de um "escrito maldito" que o perseguirá por toda a vida: *"Neutralidade ativa e atuante"*. Era uma interpretação das teses defendidas por Mussolini que tinha sido até então o mais respeitado dos jovens socialistas. Nesse artigo a questão da nação estava colocada, mas de maneira concreta: *"Qual deve ser a função do partido socialista italiano (sublinho, nem do proletariado, nem do socialismo em geral) no atual momento da vida italiana?"* Proletariado e socialismo existem em uma perspectiva histórica e isso lhes confere tarefas nacionais, específicas. Para ele a neutralidade ativa e atuante significava *"dar de novo à vida da nação o genuíno caráter de luta de classes, obrigando a classe detentora do poder a assumir as suas responsabilidades, (...) a reconhecer que faliu completamente nas suas finalidades, dado que conduziu a nação da qual se proclama a única representante a um beco sem saída, do qual a nação só poderia sair se abandonasse ao próprio destino todas as instituições que são responsáveis pelo seu deplorável estado atual"*.

No geral, Gramsci acreditava que a posição de Mussolini não excluía o antagonismo do proletariado em relação à burguesia e que esse proletariado podia, *"depois de uma falência ou de uma impotência demonstrada pela classe dominante, desembaraçar-se dela e apoderar-se das coisas públicas"*. É basicamente nesse sentido que se via no artigo uma posição intervencionista.

Poucos dias depois, a 15 de novembro, surgia o jornal de Mussolini financiado pelo capital francês: Il Popolo d'Itália. No seu violentíssimo editorial *"Audácia"*, Mussolini não se limitava a assumir uma posição intervencionista, mas lançava o ataque contra os antiintervencionistas: *"se amanhã (...) a reação prussiana triunfar sobre a Europa e (...) abaixar o nível da civilização humana, desertores e apóstatas serão todos aqueles que nada tentaram para impedir a guerra"*. Tratava-se de confundir todos os elementos da questão: *"Hoje - grito-o forte - a propaganda antiguerra é a propaganda da velhacaria. (...) é uma propaganda anti-revolucionária. Fazem-na os padres seculares e os Jesuítas que tem um interesse material e espiritual na preservação do império austríaco; fazem-na os burgueses contrabandistas ou similares, que, principalmente na Itália, demonstram a sua piedosa insuficiência política e moral; fazem-na os monarquistas que, principalmente os senadores, não querem rasgar o tratado da Tríplice que garantiria (...) a existência dos tronos (...). Mas nós, socialistas, representamos salvo nas poucas baixas do reformismo mercante e giolittiano², uma das forças vivas da nova Itália: queremos agora ligar o nosso destino à estas forças mortas em nome de uma paz que não nos salva hoje dos desastres da guerra (...)"*

No dia 24 de novembro de 1914 Mussolini era excluído do partido e iria dedicar-se totalmente à campanha da intervenção junto ao setor intervencionista do partido socialista fundando, em janeiro de 1915, os "Fasci d'azione rivoluzionária" que exigiam a imediata intervenção da Itália na guerra ao lado de França, Inglaterra e Rússia.

Paralelamente a essa situação crescia a resistência popular contra a guerra. Manifestações e enfrentamentos com a polícia sucediam-se em várias cidades italianas. Empurrado pelas massas, o PSI convocava seguidas manifestações de protesto, invariavelmente dissolvidas pela ação policial.

Mas, enquanto ganhava corpo a decisão do governo italiano de intervir no conflito ao lado da Entente, a defesa da neutralidade começava a ser um problema no interior da CGL. Quando parecia ser impossível a guerra ao lado de Áustria e Alemanha, todos se colocavam a favor da neutralidade absoluta. Mas, agora, setores importantes no interior da direção da CGL tendiam a apoiar a

² Mussolini refere-se aqui aos setores reformistas do PSI que defendiam as regras da economia de mercado como base da futura sociedade socialista e a política econômica levada adiante por Giovanni Giolitti, 1º Ministro da Itália.

intervenção. A crise interna à CGL agravava-se a tal ponto que, em 27 de abril de 1915, o seu Conselho Nacional, apesar de declarar-se contra a intervenção, opunha-se majoritariamente à proposta de deflagração de uma greve geral em caso de guerra.

Em outras palavras, a ação dos próprios dirigentes, cuja posição alinhava-se cada vez mais às exigências da própria burguesia, bloqueava toda possível coordenação a nível nacional da iniciativa popular que mantinha-se viva a nível local. Em Turim, onde o setor reformista era minoritário e as manifestações intervencionistas tomavam as ruas sob proteção policial, a reação operária ganhava maior amplitude. Os trabalhadores, empurrados pelo violento aumento do custo de vida nos meses de fevereiro e março, reunidos em 16 de maio de 1915 na Câmara do Trabalho³ deflagravam para o dia seguinte uma greve geral que paralisava totalmente a cidade. Ao longo da greve formava-se uma passeata de 80 a 100 mil pessoas que, após um enfrentamento com a cavalaria, saqueava as lojas de armas e lutava contra os militares que tinham acabado de assumir a tarefa de controlar a cidade.

Pouco depois, a Câmara do Trabalho era invadida, seus dirigentes presos e todo material que nela se encontrava destruído pela ação dos soldados. Os socialistas reformistas assumiam temporariamente a direção da seção de Turim e tentavam, sem sucesso, deter a greve. Novas manifestações operárias sucediam-se às anteriores e o governo era obrigado a solicitar a intervenção dos deputados socialistas para fazer com que os operários voltassem ao trabalho.

A essa ação associavam-se dois dirigentes presos que, pela ocasião, haviam sido libertados pelo governo. Em um discurso aos trabalhadores proclamavam: *“Trabalhadores! Todo vosso sacrifício hoje seria vão. Diante dos procedimentos excepcionais que suprimiram todas as liberdades, somos obrigados a aconselhar-vos a readquirir a calma. Tende fé no partido socialista e nas vossas organizações que não vos abandonarão”*.

O trabalho era parcialmente retomado. O jornal Avanti significativamente comentava: *“A massa turinesa foi exasperada pelos nacionalistas, por isso tornou-se presa fácil dos propósitos mais desesperados. Mas é um desespero lógico. O proletariado turinês é o menos sentimental da Itália, não está profundamente tocado, angustiado, pela crise econômica, pelo desemprego; olha as coisas mais com o cérebro do que com o coração e por isso saiu às ruas. É um fato: o proletariado turinês é muito mais insensível à questão da pátria do que os proletários de outras partes da Itália”*. A burguesia italiana não esperava que da boca das direções dos trabalhadores saísse uma defesa tão descarada de seu projeto de dominação, menos ainda que isso acontecesse no momento em que a luta havia sido travada fundamentalmente por motivos ideológicos e não econômicos.

Diante das manifestações populares e da pressão intervencionista, a palavra de ordem assumida majoritariamente pela CGL passava a ser: *“Nem aderir, nem sabotar”*. Na verdade, apesar da aparente coerência com a defesa da neutralidade da Itália em relação ao conflito mundial, esta fórmula facilitava o trabalho ideológico da burguesia. Em nome do ideal de *“servir à Pátria”* projetava a intervenção na guerra como uma necessidade alheia aos interesses de classe e congelava o potencial subversivo das massas exatamente no momento em que o Estado estava empenhado nos preparativos para a guerra. Aos trabalhadores sobrava apenas a esperança de um retorno à luta após o fim do conflito, quando a classe dominante, já poderia ter superado o momento mais delicado de sua própria crise.

A 24 de maio de 1915, a Itália entrava na guerra. O PSI que, aparentemente, mantinha com maior radicalismo sua posição contrária à intervenção, resignado frente ao desenrolar dos acontecimentos, na prática acabava assumindo a posição defendida pela CGL. O Avanti do dia 24 de

³ As Câmaras do Trabalho eram associações presentes nas médias e grandes cidades cuja atuação reivindicativa superava os limites econômico-corporativos da ação sindical ao unir na mesma organização e no mesmo fórum de discussão política os trabalhadores de todas as categorias).

maio, último número sem censura, após mostrar o programa do partido durante a guerra, isto é, ser porta-voz do proletariado submetido à exceção e vigiar para que o governo que quis e impôs a guerra garanta o mínimo necessário à sobrevivência da família operária, concluía: *“Não pactuamos com o inimigo. Não pedimos indulgência ou discrição. Nós mesmos, vencidos por ora, reconhecemos a necessidade de sofrer a lei do mais forte. Mas reafirmamos nossa inquebrantável vontade de dar amanhã outra batalha, repetimos a nossa firme esperança de conseguir a vitória. Não é uma trégua de armas que pedimos aos adversários e muito menos um armistício. Espontaneamente nos pomos de lado. Deixemos que a burguesia faça a sua guerra: a guerra que ela quis e pela qual assume diante de um futuro não longínquo, toda a sua responsabilidade”*. O PSI lançava também o seu último manifesto: *“Passará esta guerra, terrível propagadora de ódio contra o sistema que a permitiu e quis. Voltarão dos campos ensangüentados os filhos do trabalho, que a morte tiver poupado (...). E as conseqüências morais, políticas e econômicas deste flagelo, em todos os países - nos vencidos e nos vencedores - serão um novo e mais forte incentivo à luta de classes. (...) o proletariado socialista que não se desarma, espera”*.

3 - A organização da guerra.

Enquanto as organizações dos trabalhadores *“esperavam”* o fim da guerra para retomar a luta de classes, a burguesia não perdia tempo. A guerra devia ser travada e ganha não somente nas frentes de batalha, mas também nas fábricas, que produziam e enviavam suprimentos para as tropas, e nos setores da economia a elas agregados. Para tanto, o exército passava a assumir a tarefa de dirigir as operações militares e de coordenar a atividade produtiva que as sustentavam. Suas funções variavam desde a assinatura de contratos para o fornecimento de material bélico, o controle e a distribuição entre as indústrias de matérias primas e combustíveis de acordo com as prioridades impostas pela guerra, até a autorização das demissões e da transferência de trabalhadores de um setor para outro, ao treinamento profissional especializado em escolas militares, a determinação das regras dos contratos de trabalho.

Neste contexto, toda greve, ação de sabotagem e até a simples falta injustificada ao trabalho eram consideradas como traição à pátria, passível de reclusão em cárcere militar. As horas extras eram obrigatórias e elevavam o trabalho semanal para 70-75 horas contra as 60 horas do período anterior à guerra. Se isso não bastasse, começavam a faltar os produtos de primeira necessidade, os preços aumentavam e a inflação corroía o poder de compra dos salários que permaneciam congelados ou reajustados bem abaixo da elevação dos preços. Além da aplicação da legislação militar às fábricas, oficiais fardados eram encarregados de vigiar diretamente cada setor das indústrias, direta ou indiretamente envolvidas na produção bélica, com a finalidade de garantir o controle do descontentamento e a manutenção da disciplina.

Em condições de exploração tão favoráveis, a indústria dava um salto. No ano de 1918, a FIAT produzia para o exército italiano 2.500 viaturas, 27.000 entre ônibus e ambulâncias (respectivamente 6 e 9% a mais do que em 1915) e sua exportação de veículos crescia de 3.291 unidades em 1914 para 8.743 em 1917 (um aumento de 165%). Mas o setor automobilístico não era o único grande favorecido. Todas as indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas e hidroelétricas o eram em função dos pesados investimentos do Estado que, ao comprar toda a produção bélica, garantia aos patrões um mercado cativo. Esta situação permitia-lhes vender suas mercadorias por preços muito acima dos custos de produção, justificados oficialmente pelos altos índices de inflação que, além de ocultar os lucros exorbitantes das empresas, abriam aos patrões a possibilidade de se verem livres de suas velhas dívidas com o Estado.

No campo das organizações dos trabalhadores, logo após a intervenção da Itália na guerra, o grupo parlamentar do PSI constituía um comitê *“para a defesa da liberdade e da organização partidária, da vida das prefeituras, da previdência social, tornada mais necessária pelo estado de guerra”*. Ao mesmo tempo a CGL instruía as ligas e as federações para *“constituir de acordo com comitês locais e comunais ou separadamente (...) secretariados para a assistência civil; realizar ou solicitar os trâmites necessários para a distribuição de subsídios governamentais às famílias dos convocados (...); envolver as Comunas, as Obras Pias⁴ e todas as outras instituições de beneficência na ajuda às famílias dos convocados; (...) obter dos industriais o empenho em readmitir aos próprios postos todos os trabalhadores convocados que tiverem a fortuna de voltar a eles após a guerra”*.

A colaboração de classe passava, assim, a ser vivenciada e legitimada em amplos setores da sociedade. Se isso não bastasse, a intervenção da Itália no conflito dificultava sobremaneira a ação socialista: a censura impunha limites cada vez mais estreitos, o papel jornal era escasso e nas regiões sob jurisdição militar o jornal Avanti não podia circular.

Se no plano das relações internacionais a direção do PSI aceitava as resoluções das conferências de Zimmerwald e Kienthal⁵, a ação socialista na Itália visava basicamente a luta pela melhoria das condições econômicas do proletariado e revelava uma certa confusão ideológica. Por exemplo, no dia 25 de junho de 1916 os operários metalúrgicos reunidos em Turim deliberavam participar dos comitês de mobilização industrial constituídos em função da guerra com a finalidade de garantir a regularidade dos suprimentos às tropas nas frentes de batalha. Depois de constatar que, *“apesar do regulamento da própria mobilização industrial ser inspirado por conceitos de equidade, a sua aplicação, pelo contrário, revela que, ele serviu apenas para tornar mais rígida a disciplina para os operários, e não para impedir aos industriais de aproveitar-se do estado de guerra para aumentar relevantemente os próprios lucros”*, a direção do partido exigia *“o controle do Estado sobre esses lucros estabelecendo e mantendo estável o preço por peça a não ser que se aporem variações aos sistemas de trabalho”*. Impressiona aqui a clareza com a qual era visto o problema e como, ao mesmo tempo, ele era escamoteado ao nível da solução.

Do mesmo modo, o grupo parlamentar socialista continuava a mostrar suas ambigüidades: na reabertura da Câmara dos Deputados, Prampolini discursava pela paz como resultado da ação dos operários e dos socialistas. Turati, no dia seguinte, declarava: *“Adversários da guerra por razões absolutas de doutrina e também por razões contingentes de oportunidade, os socialistas **nunca fizeram nada e nada farão** que possa ter por efeito o enfraquecimento das energias do país e da defesa nacional, obra que seria idiota e nefanda, porque para o proletariado de qualquer país só a derrota é pior do que a guerra”*. Diante desse discurso claramente colaboracionista que recebeu toda a atenção da imprensa intervencionista, o Avanti via-se obrigado a ratificar a posição: *“Nós não somos nacionalistas. (...) Quem diz nação, diz Estado, isto é, antagonismo de interesses, competição de mercado, ameaça permanente de abuso e de hegemonia. Ora, quem não é nacionalista deve negar a nação”*.

Em 25 e 26 de fevereiro de 1917, a Conferência Nacional do PSI era marcada pela divisão entre reformistas e intransigentes. Como vimos acima, os reformistas, mesmo condenando a guerra por uma questão de princípio estavam comprometidos, com uma ação de colaboração indireta com o Estado no âmbito da assistência social para preservar as condições de vida materiais e morais dos trabalhadores. A mais acesa oposição ao bloco reformista era levada adiante por uma tendência

⁴Trata-se de obras de caridade da igreja.

⁵ Na primeira, os bolcheviques discutiam a possibilidade de transformar a guerra burguesa em guerra civil contra a burguesia e de fundar uma nova internacional (propostas que não foram acolhidas pela maioria dos participantes). A conferência de Kienthal reconhecia a guerra como fruto das contradições do próprio sistema capitalista e a impossibilidade de conciliar os interesses dos capitalistas com os interesses dos trabalhadores.

revolucionária no interior da corrente dos intransigentes, da qual participava o próprio Bordiga, que será designada como “*massimalista*” por exigir a atuação imediata de um programa máximo frente ao crescente descontentamento da população diante das privações impostas pela guerra.

Enquanto o descontentamento crescia, chegavam as primeiras notícias sobre a revolução de fevereiro na Rússia que, inicialmente, ganhava o apoio de todos os grupos políticos italianos: Turati, por exemplo, comemorava na Câmara dos Deputados a revolução russa como símbolo eterno de liberdade e Boselli, presidente do Gabinete, também saudava o movimento na crença de que a derrubada do Czar iria trazer uma intensificação da participação russa na guerra. Uma semana depois chegavam à Itália as primeiras notícias sobre os soviets.

No final de abril e início de maio, a agitação social se espalhava pela Lombardia, região do norte da Itália. No dia 8, a direção do PSI, o grupo parlamentar socialista, a CGL, as Câmaras do Trabalho de Milão e as seções socialistas de Milão e Turim se reuniam. Serrati defendia a idéia de que os socialistas deveriam aproveitar a oportunidade para liderar os movimentos populares e impor ao governo os trâmites da paz. Casalini sustentava e fazia vingar a tese de que excitar as massas não era tarefa dos socialistas. Na ocorrência de manifestações espontâneas os socialistas deveriam guiá-las para que elas não acabassem criando problemas à ação do partido e da classe trabalhadora.

Mais uma vez, as direções do movimento não iriam impulsionar as massas que manifestavam um elevado grau de descontentamento social. Quatro meses depois, a revolta iria explodir em várias regiões da Itália naqueles que passariam a ser conhecidos como “*i fatti d'agosto*”. *Ainda não é hora de irmos à luta...* Ao que tudo indica, este parecia ser o lema preferido das direções socialistas.

4 - Turim, agosto de 1917.

A produção bélica havia transformado a cidade de Turim num imenso arsenal. A concentração operária tinha-se acentuado. O crescente descontentamento era fartamente alimentado pelo arrocho salarial, pela falta de pão e de outros gêneros de primeira necessidade, pelo sacrifício de vidas humanas nos campos de batalha e pelas notícias que chegavam sobre os acontecimentos da revolução russa. Política e economia se fundiam nas reivindicações de paz e nas pautas econômicas fazendo com que às agitações e aos protestos se sucedessem greves espontâneas cada vez mais longas, imprevisíveis e abrangentes.

A situação era tão grave do ponto de vista da manutenção da ordem que o chefe de polícia solicitava ao governo que a província de Turim fosse considerada zona de guerra, pois isso permitiria às autoridades locais uma mobilidade de ação capaz de cortar pela raiz qualquer movimento.

No campo da esquerda, crescia o radicalismo verbal sem ter, porém, qualquer contrapartida na ação. Barberis e Ravezzana, do grupo dos intransigentes, chegavam a propor um ataque às forças policiais quando essas fossem intervir nas manifestações operárias, desencadeando, assim, focos insurrecionais. Mas para realizar estas tarefas, não havia nenhuma preparação militar dos operários e nem formas clandestinas de organização.

Os protestos, iniciados no dia 7 de agosto (no meio das férias de verão), vinham crescendo e, no dia 23, Turim amanhecia totalmente paralisada. A greve espontânea ganhava acentos pré-insurrecionais. O chefe de polícia entregava ao exército a tarefa de manter a ordem. Barricadas eram erguidas nos bairros operários. Com a maioria dos dirigentes de férias, as lideranças secundárias da Comissão Executiva da Seção socialista de Turim e da Câmara do Trabalho se reuniam, sem conseguir tomar qualquer resolução. Entre elas havia uma profunda divisão: os reformistas, de um lado, tentavam fazer com que o movimento voltasse à legalidade; os revolucionários, de outro, aplaudiam a

insurreição, mas não sabiam dirigi-la. Nestas condições, portanto, era impossível dar direção ao movimento e a omissão passava a ser uma das características básicas da ação socialista.

O dia 24 de agosto marcava o clímax dos acontecimentos. Os operários controlavam a parte norte da cidade. As prisões se sucediam e a censura encarregava-se de bloquear toda e qualquer informação sobre os acontecimentos. Turim estava isolada. As lideranças do PSI e da CGL não assumiam o movimento e nada faziam para romper o bloqueio imposto pela burguesia. No mesmo dia 24 o setor revolucionário do partido lançava um manifesto: *“Trabalhadores turineses, o Partido Socialista e a Câmara do Trabalho estão orgulhosos da prova de força que dais nestes dias frente à insensatez e às provocações das autoridades. Não escuteis aqueles que vos aconselham a retornar ao trabalho. A direção do movimento está em boas mãos. Observai as disposições de vossas organizações. Tratem simplesmente de evitar atos de violência inútil, sobretudo aqueles que possam limitar ao povo e a vós a possibilidade de prover regularmente os víveres”*. Impotentes, tratavam de estimular a população, mas sem direção. Pela manhã do dia seguinte os bairros operários estavam controlados pelos insurretos e o centro da cidade pelo exército. Para os militares a questão central era a de impedir que os insurretos alcançassem e dominassem o centro. O povo, armado de alguns revólveres e fuzis, esperava ganhar o apoio e a solidariedade dos soldados, mas estes, informados de que a insurreição era *“coisa dos alemães”*, continuavam sua ação repressiva. No final da tarde do mesmo dia, a resistência popular mais aguerrida estava derrotada.

No dia seguinte, a luta insurrecional estava praticamente encerrada. A greve continuava em Turim e em algumas cidades da região. A hora dos reformistas havia chegado. Os deputados socialistas Casalini, Sciorati, Morgari e Giovano falavam em nome do PSI e da Câmara do Trabalho: *“cremos ser nosso dever advertir-vos que as vossas organizações deliberaram convidar-vos a retornar ao trabalho”*.

O dia 27 de agosto, marcado pela volta ao trabalho, encontrava metade da cidade ainda em greve. Do lado operário, o balanço da insurreição registrava 50 mortos, 200 feridos e 822 trabalhadores levados a julgamento. Montagnana comentava assim o fim da insurreição: *“não se pode dizer que os mortos tenham sido afogados em sangue. Na realidade os motins de Turim não foram mortos; eles morreram porque os operários, desafiada a sua raiva e, bem ou mal, o seu ódio contra a guerra, não sabiam mais o que fazer, não sabiam mais a que propósitos imediatos dirigir seus esforços. (...) Os motins acabaram, morreram, sem que o Partido Socialista tivesse dado o mínimo sinal de existência”*. Ou, nas palavras de Serrati, diante do tribunal que julgou a insurreição: *“Não é movimento nosso!”*. Se alguém ainda precisava de alguma prova do abismo existente entre as massas e suas direções...acabava de tê-la... Mas isso não é tudo...

No interior do PSI a questão da colaboração de classes, apresentada como necessária para defender a pátria invadida pela Áustria em 1917, fortalecia as divisões internas. Os colaboracionistas eram capitaneados por Turati, Treves e Rigola. Este último, em 1 de novembro de 1917 escrevia, no jornal da CGL, um artigo sustentando que por mais que se lutasse contra a guerra *“quando o inimigo pisa nosso solo, temos um só dever: o de resistir. E este dever, os socialistas contrários à guerra, devem senti-lo antes mesmo que todos os outros”*. Turati e Treves, por sua vez, publicavam na Critica Sociale um artigo intitulado *“Proletariado e Resistência”* onde defendiam a tese de que *“quando a pátria é oprimida, (...), mesmo a ira contra homens e eventos que a reduziram a isso, parece passar ao segundo plano para deixar solta na alma apenas a dor atroz pelo dano, o luto e a firme vontade de combater, de resistir ao extremo”*.

O grupo parlamentar socialista, rigidamente à direita e com grande autonomia em relação ao partido, seguia sua linha de ação reformista. Logo após a derrota de Caporetto⁶ quando o Estado italiano entrava em crise, os deputados socialistas votavam na Câmara a seguinte moção: *“interpretando (...) o dever de solidariedade humana do Partido Socialista em relação ao país que atravessa a adversidade e em relação a todas as vítimas da guerra, afirma o propósito de intensificar e de estender a obra de assistência e de socorro (...) através de meios idôneos para difundir na população a calma necessária e superar esta hora de angústia”*.

Embora o grupo parlamentar socialista aplaudisse o Estado burguês, este seguia reprimindo toda e qualquer oposição. No dia 20 de janeiro de 1918, o jornal Avanti era suprimido em doze províncias. Sob a acusação de "derrotismo" o Estado italiano encarcerava entre outros: Fernando Grandi, prefeito de Rovigo, o dirigente Franco Mariani e a secretária da Câmara do Trabalho de Barletta,. Todos os círculos socialistas eram dissolvidos na Sicília (região do sul da Itália). Bernardino Verra, dirigente socialista, era assassinado pelos latifundiários.

A esta altura, cabe nos perguntar: como é possível que, apesar da gravidade da situação, da violência dos enfrentamentos, do peso da omissão e da assombrosa colaboração de classes, que desarmava o movimento frente às investidas do capital, as lideranças reformistas pudessem continuar no poder? Uma das possíveis respostas era dada pelo próprio Gramsci num artigo publicado no jornal Avanti no dia 18 de dezembro de 1917. Ao comentar a necessidade de preparo teórico do movimento operário e de seus militantes, dizia: *“Uma das falhas mais graves de nossa ação é esta: nós esperamos que os fatos aconteçam para discutir sobre os problemas que se apresentam e traçar as diretrizes de nossas ações. Encurralados pela urgência da situação, damos aos problemas soluções apressadas no sentido de que nem todos os que participam ativamente do movimento dominam os termos exatos dos problemas em questão e, portanto, se seguem as diretrizes fixadas, o fazem por espírito de disciplina e pela confiança que mantém nos seus dirigentes, mais do que por uma profunda convicção, por uma espontaneidade racional. É por isso que a cada momento histórico importante ocorrem desvios, concessões fora de hora, intrigas internas e brigas pessoais. Assim se explicam os fenômenos de idolatria (personalismo) que são um absurdo no nosso movimento e trazem de volta pela janela o autoritarismo que foi expulso pela porta”*. A ausência de um projeto específico que refletisse na ação cotidiana a preocupação com a formação de novas lideranças, aliada à **tática processo**⁷, eram os elementos que garantiam às direções a permanência em seus cargos.

5 - Novembro de 1918: o fim da guerra e os problemas da paz.

Com um saldo de 680 mil mortos, um mesmo número de prisioneiros, cerca de 500 mil mutilados e 600 mil pessoas dizimadas pela gripe espanhola, a primeira guerra mundial foi para a Itália um verdadeiro massacre. A economia encontrava-se à beira do colapso. A elevada emissão de moeda e o crescimento do déficit público para sustentar os gastos da guerra levavam a moeda nacional a sofrer um processo de rápida desvalorização.

⁶ Caporetto é uma das cidades que se encontram na fronteira entre a Itália e a Áustria-Hungria. Sobre ela convergiu uma pesada ofensiva do exército áustro-alemão que provocava a debandada das tropas italianas.

⁷Tática processo foi um termo utilizado pela corrente chamada Rabótcheie Dielo criticada por Lenin em seu livro **O que fazer?** (1902). Esta corrente da social democracia russa contrapunha, à chamada tática plano, a idéia de que só era possível ir definindo as tarefas do partido na medida em que o movimento de massas desse passos práticos. Na verdade, esta postura, aparentemente sintonizada com o espírito do marxismo, não permite o desenvolver-se da relação entre a teoria e a prática política, indispensável para fazer com que os trabalhadores saiam da alienação e se capacitem cada vez mais para tornar-se classe dirigente.

A agricultura estava em crise. Entre os gêneros de primeira necessidade faltava sobretudo o trigo. Antes de 1914, a Itália produzia em média cerca de 15 milhões de toneladas de trigo por ano e ainda tinha que importar cerca de 1,4 milhões de toneladas para satisfazer suas necessidades. Durante a guerra, em função, inclusive, do alistamento dos camponeses no exército, a produção tinha caído para 3,8 milhões de toneladas agravando ainda mais a situação de desabastecimento.

Com o fim da guerra, a própria indústria atravessava um período de recessão. Fazia-se necessária, uma reestruturação dos ambientes produtivos que haviam sido preparados para garantir o abastecimento de material bélico. Já não existiam mais as encomendas do Estado que haviam garantido uma fase de crescimento artificial. As mercadorias produzidas, além de não encontrar compradores no mercado nacional, não conseguiam competir em qualidade e preço a nível internacional. Para sanar este último problema, teriam sido necessários novos e vultosos investimentos, mas os empréstimos estatais eram escassos e o risco de não obter lucros compensatórios afastava os empresários da possibilidade de investir na produção as fortunas acumuladas durante a guerra.

O arrocho salarial era agravado pelo retorno dos soldados que havia contribuído para elevar o desemprego a níveis nunca antes conhecidos. Por sua vez, os próprios soldados, camponeses na sua imensa maioria, se ao partirem para os campos de batalha haviam recebido de seus superiores a promessa de terra, trabalho, justiça e uma vida decente, ao voltarem vitoriosos percebiam que não havia a mínima condição de cumprir com as promessas feitas. Conscientes dessa situação, as classes dominantes tratavam de ampliar a campanha contra os operários dizendo que eles *“havam enriquecido”* com os negócios da guerra enquanto os outros lutavam. E não pediam a oportunidade de lembrar aos soldados que não tinham sido os únicos a lutar e a morrer e que os oficiais também tinham feito o mesmo. Por outro lado, nada indicava que estes, oriundos dos setores médios da sociedade, aceitassem voltar a uma posição de subalternidade social.

Aproveitando-se do descontentamento, Mussolini, que já havia sido expulso do PSI, tratava de articular-se com estes setores e em matéria publicada no jornal *Il Popolo d'Italia* a 16 de janeiro de 1919 escrevia: *“O soldado deixa o seu uniforme e torna-se um cidadão. É aí então que começam os aborrecimentos. O soldado que volta com a satisfação interna de ter cumprido o seu dever - o que lhe permite olhar de cima para baixo aqueles que não o fizeram - procura trabalho e trabalho não tem. Dinheiro para viver não há e dificilmente se encontra”*.

Enquanto isso, o setor reformista, majoritário no PSI, mostrava-se sensível aos apelos patrióticos de reconstrução nacional lançados pela burguesia que, mergulhada na crise, visava conter o conflito social e ganhar tempo para permitir sua própria rearticulação. Frente a essa situação, em 12 de novembro de 1918 (a pouco mais de uma semana do fim da guerra) Gramsci publicava no *Avanti* um artigo no qual chamava a atenção para os perigos da colaboração de classes e a ausência de uma postura classista na análise do momento histórico e na direção política impressa à ação dos trabalhadores: *“As intenções não podem concordar sem que uma parte se suicide. De resto, apenas quando os operários e os industriais têm fins divergentes, a civilização tanto material quanto espiritual se desenvolvem, a riqueza e a cultura aumentam”*. Os operários na luta contra a exploração obrigam os capitalistas a *“aperfeiçoar a técnica de trabalho e a organização capitalista se eles querem manter intactas as suas taxas de lucro”*. O colaboracionismo operário não apenas manteria a situação atual a favor dos capitalistas, como também pioraria sensivelmente as condições de vida dos trabalhadores: *“de resto, os proletários não se propõem a luta de classes; ela lhes vem imposta pelas condições em que se realiza a produção. Os operários resistem ao ambiente econômico para não serem esmagados”*.

A ausência de uma visão clara do momento a partir da perspectiva da classe era também demonstrada pela moção aprovada pelo PSI sob a pressão da corrente maximalista que vetava a entrada no partido a todos aqueles (trabalhadores e não) que haviam se colocado a favor da

intervenção da Itália no conflito mundial. Gramsci, mais tarde, iria definir este ataque dirigido contra os intervencionistas como sendo a política do “*cachorro que morde a pedra e não a mão que a lança*”.

O governo via-se numa situação difícil: não se podiam reduzir os gastos públicos porque isso iria desacelerar o ritmo das atividades econômicas aumentando o desemprego. No entanto, era necessário reduzir o déficit da balança comercial e conter a inflação através do aumento dos impostos sobre o patrimônio das empresas.

A resposta das classes dominantes era rápida: pânico na bolsa de valores e transferência de capitais para o exterior. Os capitalistas industriais e financeiros não estavam dispostos a renunciar a todas as vantagens que lhes haviam sido oferecidas pela política inflacionária e, neste sentido, atacavam o Estado por sua ingerência na esfera econômica. Porém, se, de um lado, a saída do Estado da economia era apresentada como um remédio para todos os males, de outro, os próprios empresários reclamavam do governo quando deixava de realizar investimentos públicos, de implantar linhas de crédito a juros irrisórios, de criar barreiras alfandegárias para impedir a entrada de produtos estrangeiros ou, ainda, de garantir o apoio estatal para a conquista de mercados inacessíveis em função da falta de competitividade dos produtos nacionais.

O descontentamento crescia atingindo a grande maioria dos operários, dos camponeses e dos setores médios da sociedade. Se isso não bastasse, os contingentes do exército e da polícia recusavam-se a reprimir as manifestações populares que ocorriam em várias cidades da Itália. Para as classes dominantes estes eram sinais claros de que tinham perdido o controle e a direção do Estado e que não era mais possível continuar com os métodos de dominação até agora adotados. Faltava-lhes um projeto de *modernização* do Estado que fosse capaz de canalizar o descontentamento e ganhar novamente a confiança das massas. Pior, a divisão interna da burguesia fazia com que ela mesma não tivesse um programa comum para concorrer às eleições parlamentares de outubro de 1919 e seus partidos realizavam uma campanha sem entusiasmo.

A agitação social crescia. Greves pela conquista da jornada de oito horas, por outras reivindicações econômicas e políticas tornavam-se mais intensas e frequentes. O número de sindicalizados à CGL aumentava em mais de 350% entre 1919 e 1920. No pleito de 1919, o Partido Socialista conseguia eleger 156 deputados de um total de 499 que compunham o Parlamento. No ano seguinte, o resultado das eleições administrativas revelava que, de um total de 7300 prefeituras, o PSI passaria a administrar 2800, entre elas as de grandes cidades como Milão e Bolonha. O jornal do partido, o *Avanti*, circulava diariamente com 300 mil exemplares.

As greves eclodiam em todo o país, muitas vezes de forma espontânea e em contraste com as próprias direções do movimento, obrigando a CGL e o PSI a correr atrás dos acontecimentos. Os operários dos grandes centros industriais (como os da cidade de Turim) colocavam na ordem do dia o problema do poder nas fábricas através das ocupações e da mobilização para construir os Conselhos Operários. Os camponeses pobres ocupavam terras em várias regiões e os assalariados rurais do norte da Itália pleiteavam sua expropriação.

Em 1919 e durante boa parte de 1920, os chamados setores médios da sociedade estavam numa posição de relativa simpatia e de muita expectativa em relação às ações operárias e em aberta ruptura com o Estado burguês.

Sob o impulso das notícias sobre a revolução soviética e dos sacrifícios impostos aos trabalhadores pela guerra, o vento da revolução percorria a Europa. De fevereiro a dezembro de 1918 sucediam-se as tentativas revolucionárias na Finlândia e na Hungria, realizava-se a greve geral na Áustria, Berlim se sublevava. A Baviera (região da Alemanha) proclamava-se república soviética e na Inglaterra o movimento trabalhista tendia para a esquerda. O ano de 1919 começava pela insurreição espartaquista, o assassinato de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht, e o esmagamento do

movimento. Em março do mesmo ano, os marinheiros de EUA, França e Inglaterra se amotinavam. A contra-revolução avançava na Rússia e a república dos conselhos húngaros era esmagada. Na França e na Inglaterra ocorriam levantes e greves gerais, enquanto na Bulgária, na Romênia e na Iugoslávia multiplicavam-se as revoltas camponesas.

O clima de revolta na Itália era propício...a insatisfação era grande...condições objetivas para a revolução não faltavam...

6 - As posições políticas e a ação das forças em presença

6.1 - O partido Socialista e a CGL.

Apesar de suas contradições internas, falhas e carências, os dirigentes socialistas defendiam em seus discursos a derrubada violenta do Estado e a conquista revolucionária do poder. O grupo reformista, majoritário seja no PSI como na CGL, contudo, afirmava ser ilusão pensar que os acontecimentos da Rússia, fruto de circunstâncias tão peculiares, pudessem ocorrer na Itália. De acordo com esta visão, uma tentativa revolucionária na Itália conduziria a uma reação sangrenta ou então a mudanças superficiais na estrutura política. E reafirmavam que a tomada do poder deveria ser gradual.

No campo sindical, um exemplo dessa realidade era dado pelo relatório ao congresso da Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos (FIOM) - que integra a CGL - em novembro de 1918. Ao falar da luta pelas 8 horas, afirmava-se que esta conquista era uma decorrência lógica de uma longa batalha sindical, capaz de enquadrar-se no capitalismo, e não no produto de uma revolução, aliás, longínqua. Não se via nessa reivindicação um meio de abolir o super-lucro, mas *“o único caminho para excitar a indústria a aperfeiçoar-se nos seus meios de produção, tais como a disponibilidade e o funcionamento de sua maquinaria em turnos que ocupassem um maior número de horas por dia”*.

O desenrolar da ação iria mostrar ainda inúmeras vezes a curiosa associação, já conhecida anteriormente, entre o discurso radical e a prática reformista.

O período de 1919 a 1920 seria de intensas lutas operárias. Na segunda metade de junho de 1919, greves, saques e motins contra a elevação do custo de vida eclodiam em importantes centros industriais e espalhavam-se por toda Itália abalando a estrutura do Estado que não conseguia controlá-los e nem reprimi-los. Em muitas cidades os operários expropriavam os alimentos estocados nos armazéns, reduziam seus preços e organizavam a distribuição junto às Câmaras do Trabalho. O grau de espontaneidade do movimento era tal que ninguém se preocupou em ocupar as prefeituras, as delegacias de polícia, as centrais telefônicas, os telégrafos e as ferrovias, pontos estratégicos pelos quais o governo, passada a maré, poderia retomar o controle da situação.

O Conselho diretor da CGL reunia-se somente no dia 5 de julho. Após longas discussões, aprovava uma moção que, ao considerar a carestia como uma das conseqüências desastrosas da guerra, estreitamente ligada às relações de ordem internacional, apontava na supressão do sistema capitalista o único caminho para a sua eliminação. Deliberava, também, que a Confederação continuaria pressionando o governo pelo controle dos preços dos gêneros produzidos internamente, ainda que para isso fosse necessário chegar até a requisitar terras incultas. Para além das generalidades, o discurso radical não traduzia em propostas e bandeiras de lutas as profundas mudanças que haviam sido declaradas imprescindíveis.

Sem direção e sem coordenação a nível nacional, o movimento começava a refluir. No refluxo da luta, que iniciava a partir do dia 10 de julho, o Estado, agora já tranqüilizado, abatia-se sobre os populares metralhando o povo em várias cidades onde saques e tumultos ainda estavam acontecendo e

realizando prisões em massa. No dia 11, o Avanti publicava um manifesto da direção do PSI que, declarando justa a ira das massas contra os especuladores, elogiando os companheiros e os trabalhadores que guiaram e disciplinaram as massas coordenando as agitações, reconhecendo que os soldados em várias cidades recusaram-se a abrir fogo contra a população, denunciava como causadora dos tumultos “*a absoluta incapacidade da burguesia de resolver o problema da carestia*”, e conclamava o proletariado a continuar a luta: “*A sua ação estará exclusivamente voltada para o terreno da luta de classes e estará informada pelo propósito de que uma próxima luta final do proletariado conduza à conquista do poder econômico, e que este, na base da ditadura, seja confiado inteiramente aos organismos das classes trabalhadoras*”. Elogios e bons propósitos não faltavam... pena porém que tudo se limitasse a isso...

Após as derrotas sofridas devido ao abandono das lideranças operárias e à dura repressão policial, a CGL continuava seguindo sua trajetória repleta de ambigüidades. O seu conselho nacional, reunido entre 13 e 14 de julho, reconhecia a legitimidade das mobilizações ocorridas embora negasse ao movimento espontâneo das massas a capacidade de resolver o problema. Ao mesmo tempo, proclamava ineficazes as providências governamentais que haviam sido tomadas para vencer a carestia declarando que: “*no seio de cada Câmara do Trabalho, Federação, Cooperativa, devem se constituir comissões de estudo e de controle coordenadas pela comissão central da CGL, cuja tarefa maior é a de traçar um plano corajoso e radical de reforma dos atuais modos de produção*”. Propósitos altissonantes que, como sempre, não saíam do papel.

É importante sublinhar que o próprio governo sentia-se impotente diante da generalização do movimento. Esta impotência era descrita por Tittoni, membro do gabinete Nitti (primeiro ministro): “*Muitas vezes perguntei a mim mesmo o que teria podido fazer o governo se um movimento de revolta tivesse ocorrido simultaneamente em toda a Itália*”. De fato, o exército não era uma garantia para o Estado burguês, pois em vários casos chegou a confraternizar com os rebeldes e se amotinou recusando-se a disparar contra o povo. Mas então, quem salvou o Estado? Em grande parte isso foi obra dos dirigentes socialistas das Câmaras do Trabalho. Foram eles que, no momento da luta, ao ter a confiança dos trabalhadores, dos setores médios da população e, sobretudo, dos lojistas (que viam neles a única tutela da ordem estabelecida), organizaram o tabelamento de preços e conduziram uma ação de apaziguamento da massa fazendo refluir o movimento.

Final de outubro de 1919: era tempo de eleições para o parlamento. Os dados da tabela abaixo nos mostram o resultado das mesmas para a Câmara dos Deputados e sua evolução em relação ao pleito anterior em 1913.

Partidos	Número de deputados eleitos em 1913.	%	Número de deputados eleitos em 1919.	%
P. Socialista	79	15.8	156	31.2
P. Radical ⁸	73	14.6	38	7.6
P. Republicano	17	3.5	9	1.8
Católicos/PPI	20	4	100	20
P. Democrático e P. Liberal	310	62.1	179	35.9
Ex-Combatentes	----	----	17	3.5
Total	499	100	499	100

⁸ Agrupamento que com os Partidos Socialista e Republicano compunha o bloco da esquerda parlamentar. A atuação institucional do Partido Radical a partir de 1904 vai no sentido de apoiar e/ou compor a maioria parlamentar de centro-direita.

Como podemos ver pela tabela acima, o PSI, nessas eleições, passava de uma representação de 52 deputados em 1913 para 156; o Partido Popular (que agrupava os católicos até agora sem organização partidária) seria o segundo com 100 deputados; as chapas apresentadas pelos ex-combatentes da primeira guerra mundial elegiam 17 deputados; Liberais e Democratas caíam dos 310 deputados em 1913 aos atuais 179; os Republicanos de 17 a 9 deputados e os Radicais de 73 para 38. Verificava-se assim que, pela primeira vez após a unificação da Itália, tanto os agrupamentos de esquerda, como os de direita não tinham a maioria parlamentar e qualquer governo deveria buscar sustentação e apoio no Partido Popular. Mas, como os Populares agrupavam desde reacionários clericais como Filippo Crispoli a radicais como Miglioli (chamado de "Bolchevique Evangélico"), todos sabiam que era praticamente impossível construir um governo estável.

Aos socialistas não faltavam razões para comemorar o resultado das eleições. Gramsci ao escrever no dia 15 de novembro no jornal *Ordine Nuovo* comentava o acontecimento e definia sua visão de luta parlamentar: lutar dentro do parlamento com um número de deputados suficientes para impedir uma maioria estável da burguesia. Tratava-se de criar fatos que demonstrassem *“a absoluta incapacidade da burguesia de satisfazer as necessidades das multidões”*. Ou seja, as multidões têm que se convencer *“experimentalmente de que subsiste um dilema claro e cru: ou a morte pela fome, a escravidão de um tacho estrangeiro sobre a nuca que obrigue o operário e o camponês a morrer sobre a máquina ou sobre um pedaço de terra, ou um esforço heróico, um esforço sobre humano dos operários e camponeses italianos para criar uma ordem proletária, para suprimir a classe proprietária e eliminar qualquer razão de desperdício, de improdutividade, de indisciplina, de desordem”*. Nesse sentido, a agitação eleitoral era importante porque permitia mobilizar as massas, clarificar para elas mesmas a sua situação, diferenciá-las da burguesia, suprimi-las ao comando ideológico burguês. Por isso, *“é necessário que a vanguarda suscite, com os seus meios e os seus sistemas, as condições materiais e espirituais nas quais a classe proprietária não consegue mais governar pacificamente as grandes massas de homens”*. E acrescentava: *“É somente por essas razões revolucionárias que a vanguarda consciente do proletariado italiano entrou na disputa eleitoral e instalou-se firmemente no circo parlamentar. Não, portanto, em função de uma ilusão democrática, nem de um compadecimento reformista: mas para criar as condições do triunfo do proletariado, para garantir o sucesso do esforço revolucionário que busca instaurar a ditadura do proletariado que está se encarnando no sistema dos Conselhos, fora e contra o próprio Parlamento”*.

Para que isso fosse possível, era necessário vencer de antemão todas as ilusões presentes na visão que as massas tinham das eleições. De fato, *“as massas populares votaram nos socialistas porque querem deles um governo de socialistas, porque querem que um governo socialista direcione a seu favor o aparelho administrativo, jurídico, militar e de abastecimento do Estado capitalista. É necessário convencer as massas de que a solução dos terríveis problemas que caracterizam o período atual não será possível se o Estado permanecer alicerçado na propriedade privada e se a produção nacional e agrícola terá como fundamento a iniciativa individual, concorrencial dos capitalistas e dos grandes proprietários de terra. É necessário convencer as massas de que a solução radical dos problemas que as afligem deve ser buscada nelas mesmas, organizadas de maneira adequada para que possam construir um aparelho de poder social, o aparelho do Estado operário e camponês, o Estado dos produtores. Esta porém não deve ser uma convicção abstrata e inerte. O Partido deve realizar um trabalho positivo, um trabalho de reconstrução: o Partido deve impulsionar a construção dos Conselhos Operários e Camponeses para que estes se tornem carne e osso e não permaneçam letra morta de uma resolução de congresso”* (*Ordine Nuovo*, 22/11/1919).

Mas, infelizmente, não era a bancada do PSI que acabava de ser eleita, a realizar essas tarefas fundamentais. Em 1 de novembro de 1919, o próprio Mussolini traçava no jornal *Il Popolo d' Italia* o

perfil dos deputados socialistas eleitos: *“O resultado das eleições é penoso do ponto de vista moral, enquanto pode dar a impressão que tenha sido a condenação da intervenção, da guerra, e da vitória e o triunfo do bolchevismo. Mas na realidade as coisas não são assim. (...). O grupo parlamentar do PSI não é homogêneo na sua composição, nem é unânime no que se refere aos métodos e está mesmo dividido no que se refere aos objetivos supremos. No novo grupo existem pelo menos três setores. O primeiro é composto por velhos deputados que terminaram o mandato e foram reeleitos os quais usados, abusados e consumidos por muitos lustros no jogo, nas lutas de opinião e nas combinações parlamentares, representam um elemento sedativo (...). No centro estão os deputados sindicais, que se avizinham dos primeiros porque através das duras experiências das competições econômicas, estão convencidos de que o tecido da economia nacional é intrincado e complexo, e que se é fácil destruí-lo (...), não é igualmente fácil recompô-lo. (...). O terceiro grupo: os bomacianos ou leninistas”*. Sobre estes ele confessa que nada sabe, pois são novos.

A manutenção da linha reformista, portanto, estava garantida. Mais tarde, ao comentar o impacto e a importância dessas eleições Salvemini dirá: *“é provável que sem a válvula de segurança do sufrágio universal, a massa de camponeses e operários, incitada pelos anarquistas, teria recorrido à ação direta. Ao invés disso, longe de desembocar na via da revolução, esperaram a nova eleição parlamentar de 1919, e, uma vez que esta aconteceu, se esperou durante todo ano de 1920 para ver o que fariam os novos deputados eleitos. Deste modo, se superaram os dois anos mais perigosos da excitação que se fez seguir à guerra”*. A burguesia, que já estava rearticulando suas fileiras... agradece.

Março de 1920, Turim encontrava-se em greve e os Conselhos de Fábrica (CF) dirigiam as ocupações. Era tudo ou nada. Se durante a guerra, e sob forte coerção militar as Comissões Internas (CI) serviam de correia de transmissão da ordem vigente, agora, na situação do pós-guerra, transformando-se nos CF, elas passavam a representar a autonomia da classe, que nos Conselhos organizava a direção operária na fábrica. Os capitalistas temiam os CF, pelo fato deles ultrapassarem os limites do horizonte corporativo.

É importante resgatar que em abril de 1919, a FIOM conseguia o reconhecimento das CI e também o direito de escolher aquela parte de seus membros anteriormente designados pelos capitalistas. Mas as Comissões ainda eram uma representação bastante parcial da classe na fábrica, na medida em que só os sindicalizados faziam parte delas. Sob a pressão das massas, colocava-se na ordem do dia o problema da democracia operária e exigia-se que as CI representassem todos os trabalhadores, inclusive os não sindicalizados. As massas operárias iam transformando as velhas CI, acusadas de colaboração de classes e ligadas à burocracia sindical, em CF que reuniam os Comissários de Seção eleitos pelo conjunto dos operários. Os CF deveriam reunir-se em Conselhos de Bairro e estes com os Conselhos Camponeses formando os Conselhos Regionais. Desses nasceria um Conselho Nacional que deveria ser o novo órgão de democracia do povo.

Os CF espalhavam-se rapidamente por Turim e em novembro de 1919 realizava-se nesta cidade uma assembléia de comitês executivos dos CF, representando 30 mil operários (cerca de 30% do total). Nesse mesmo mês, a seção turinesa da FIOM aderiu à idéia dos Conselhos e, em dezembro, o Congresso Extraordinário da mesma Federação aprovava que os CF fossem eleitos pela totalidade dos operários e não dos sindicalizados.

Diante da ação dos CF, aprofundavam-se as divisões no seio do movimento. Apesar do reconhecimento formal, a oposição aos CF expressava-se na ausência de apoio à sua generalização no território nacional, limitando sua implantação à cidade de Turim. Não concordando com as tentativas revolucionárias de suas bases, a direção reformista da CGL, chegava a condenar abertamente os enfrentamentos que estavam ocorrendo. Essa reação inusitada acabava encorajando os capitalistas a não terem mais freios na sua luta contra o proletariado turinês e contra os CF.

No final de março de 1920, em resposta às greves operárias, os empresários proclamavam o fechamento das fábricas (greve patronal) e diziam-se dispostos a discutir com a FIOM desde que esta aceitasse que os operários não se comunicassem com as CI durante o horário de trabalho e que na fábrica a única autoridade fosse a dos empresários e seus representantes. No dia 1 de abril, a FIOM e os industriais chegavam a um acordo inicial: a Federação renunciava a qualquer tentativa de ampliar as atribuições das representações operárias em troca da não aplicação rígida dos regulamentos disciplinares.

A luta tinha sido minuciosamente preparada pelos capitalistas que haviam percebido o alcance dos CF e, junto ao Estado, haviam feito chegar em Turim dezenas de milhares de policiais, guardas reais e soldados. A cidade era ocupada militarmente e para ela estavam apontados os canhões colocados nas colinas próximas. As associações estudantis, subsidiadas pelos industriais, armavam-se ostensivamente, sob a vista grossa das autoridades.

Apesar disso tudo, as lutas continuavam e, diante do endurecimento dos patrões, para serem vitoriosas era fundamental que obtivessem o apoio das demais regiões italianas. A velha guarda reformista da CGL esperava ansiosamente por esse momento, pois havia chegado a hora de reduzir os “*rebeldes turineses*” à disciplina. A Central impedia que as organizações sindicais, principalmente as de Gênova (cidade portuária situada a cerca de 150 quilômetros de Turim), intervissem na luta. Essa atitude não surpreendia quem estava acompanhando de perto o desenrolar das discussões internas do movimento. Os CF, de fato, colocavam-se na perspectiva de fazer do local de trabalho o núcleo central de uma nova estrutura operária, fugindo à tutela sindical. A burocracia sindical, porém, falava mais alto que o projeto revolucionário da classe.

O PSI intervinha no mesmo sentido. A convenção nacional do partido convocada para os dias 20 e 21 de abril em Turim, era transferida para Milão. A esse respeito Gramsci escrevia: “*Naquela época deveria realizar-se em Turim o Conselho Nacional do Partido: tal reunião é, porém, transferida para Milão, porque uma cidade tomada por uma greve geral parecia pouco adequada como teatro de discussões socialistas. Nesta ocasião se manifestou toda a impotência dos homens chamados a dirigir o partido: enquanto a massa operária defendia em Turim, corajosamente unida aos Conselhos de Fábrica, a primeira experiência baseada na democracia operária, encarnando o poder proletário, em Milão se tagarelava sobre projetos e métodos teóricos para a formação dos Conselhos como forma do poder político a ser conquistado pelo proletariado; discutia-se sobre o modo de organizar conquistas não realizadas e abandonava-se o proletariado turinês ao seu destino, deixava-se à burguesia a possibilidade de destruir o poder operário já conquistado*”. Em 23 de abril, o movimento de ocupação começava a refluir.

A esta altura cabe nos perguntar por que o Estado burguês não reprimiu num banho de sangue esse ato político do proletariado. Os ministros constatavam que se o Estado tivesse reprimido o movimento teria desencadeado uma guerra civil levantando contra si todo o proletariado industrial. Involuntariamente, acabariam realizando algo que as forças sindicais nunca tinham podido (ou desejado) fazer. O exército que esmagaria facilmente uma rebelião armada em Turim, não conseguiria conter uma insurreição que abrangesse as maiores cidades italianas. Confiante de que, naquele momento, a classe operária seria incapaz de dirigir-se a si mesma, o Estado colocava-se à espera do fracasso das ocupações cujo isolamento devia-se basicamente à omissão dos próprios dirigentes da CGL, FIOM e PSI..

Se esta é a conclusão que podemos tirar dos acontecimentos de Turim chama a atenção um manifesto lançado pela CGL no 1 de maio do mesmo ano. Nele sublinhava-se que: “*É necessário conquistar a possibilidade de criar os órgãos adequados para a gestão da empresa e para o controle da produção. Devemos pretender que os Conselhos de Empresa sejam também reconhecidos com tarefas bem mais vastas que as atribuídas até hoje às Comissões Internas e que seja instituído um*

conselho superior de economia que controle a produção nacional disciplinando-a". Curiosas palavras na boca daqueles que tinham acabado de ajudar a enterrar o que diziam querer construir.

Mais tarde, em função do aprofundamento das divergências que iam aparecendo no seu interior, o conselho diretor da CGL adotava um projeto já aprovado pelo conselho nacional do PSI *"para a criação em forma experimental dos novos organismos e dos primeiros controles sobre a produção"*. Dito projeto previa a constituição de Conselhos de Empresa, dependentes das instâncias superiores do movimento e formados apenas pelos trabalhadores sindicalizados. Estes Conselhos assumiriam inicialmente a defesa sindical dos operários no local de trabalho com um papel um pouco mais amplo em relação àquele que vinha sendo cumprido pelas Comissões Internas. Caberia ao Conselho de Empresa estudar a organização e os métodos de produção industrial, exigindo dos patrões aquelas modificações que podiam beneficiar a coletividade, e propagar entre a massa dos operários o postulado da socialização dos meios de produção e de troca. Tratava-se de sindicalizar os CF, acabar com a democracia direta e controlar o controle operário da produção.

Em 12 de maio de 1920, a seção socialista de Turim acusava os órgãos máximos do proletariado de terem permanecido como *"passivos e benévolos espectadores"* diante dos fatos de Turim. O conflito ampliava-se no Conselho Nacional da FIOM, em Gênova, de 20 a 24 de maio. Buozzi ao apresentar seu relatório sobre a revisão dos contratos de trabalho era violentamente atacado por uma parte da direção da FIOM que se posicionava em defesa dos turineses. Às investidas, Buozzi respondia dizendo que existiam limites para além dos quais não se podia ir sem arriscar ser derrotado; que se os sindicalizados não possuíam um certo senso de responsabilidade e uma capacidade de manter a disciplina, como poderiam querer que os patrões reconhecessem as suas organizações? A isso acrescentava que em Turim as massas, enfatuadas pela revolução, pelos CF, não trabalhavam mais; que o trabalho era interrompido pelos motivos mais fúteis; que na economia não se podia sabotar o trabalho e que nem mesmo na Rússia as leis da produtividade podiam ser superadas; que o socialismo não era sinônimo de cada um fazer o que bem quisesse; que, e isto o atormentava, se o socialismo vencesse e a gestão das fábricas fosse feita pelos operários, continuariam eles a buscar pretextos para não trabalhar? Será que ele também, a exemplo de Lenin, teria que mandar fuzilar os operários que não queriam mais trabalhar? E concluía dizendo que como não queria nada disso, tinha sido necessário pôr fim ao movimento, reabilitar o trabalho, e que, se necessário, esperaria mais cinco anos pelo poder socialista, mas que agora era imprescindível voltar a produzir.

O discurso reformista-sentimentalista de Buozzi, tão preocupado em submeter os trabalhadores à disciplina imposta pelos capitalistas, surtia efeito. Votadas as moções, Buozzi obtinha 76,77% dos votos. Os membros de Ordine Nuovo e seus aliados tinham sido esmagados. A luta interna iria prosseguir e se acentuar.

Diante do término das ocupações das fábricas em Turim cabe-nos perguntar qual foi a contribuição que o movimento dos Conselhos deu ao processo revolucionário. Gramsci no dia 21 de outubro de 1920 sintetizava no jornal Ordine Nuovo a resposta a esta questão:

- A. Em primeiro lugar, os Conselhos haviam ocupado o espaço deixado vazio tanto pela organização sindical quanto pelo PSI, demonstrando ser assim *"a instituição revolucionária historicamente mais vital e necessária da classe operária italiana. O operariado (...) encontrou no Conselho o seu órgão de governo, estreitou-se forte e audacioso em torno do Conselho, venceu porque o Conselho disciplinou-o, armou-o, fez de cada fábrica uma república proletária"*.
- B. O segundo ponto a referir dizia respeito à questão do controle operário da produção. O controle era uma fase necessária do processo revolucionário, pois através dele seria possível conseguir *"maior liberdade para os operários nas fábricas, liberdade de organizar os Conselhos, liberdade de propaganda e de iniciativa. O controle deve servir aos operários (a todos os operários), organizados nos Conselhos para conhecer as engrenagens e os processos de produção e de troca,*

*e não tornar-se uma nova arma para o grande poder da burocracia sindical; ou ainda uma nova fábrica de pequenos marajás para os maus operários que não querem mais trabalhar na produção, e ainda menos transformar-se em uma nova cadeia para prender a classe operária. Da fábrica à nação, o controle deve ser exercido pelas organizações dos Conselhos de Fábrica”.*⁹

- C. Contra a luta pelo controle operário não se manifestara apenas a burguesia, mas também e principalmente a organização sindical que buscava recuperar o domínio sobre as massas organizadas pelos Conselhos. *“O controle sindical é um engodo dos colaboracionistas e dos reformistas, que conduziram a classe operária até as margens da insurreição armada ... sem ter pensado em dar armas e munições aos operários; os revolucionários querem o controle exercido pelos próprios operários, pelas organizações eletivas de toda a massa trabalhadora, querem o controle como arma de batalha e não como meio de conciliação”.*
- D. Contra a falta de democracia das organizações tradicionais do proletariado e o espírito burocrático que as governava, a classe precisava criar sua própria forma democrática de governo. Tanto o PSI quanto a CGL jamais se colocaram no plano da nova disciplina operária. A ação dos partidos e dos líderes sindicais ia mais no sentido de desacreditar a revolução russa do que pôr em marcha o exército proletário italiano, rumo a revolução. As lideranças reformistas não se cansavam de dizer que a revolução comunista fracassara. Mas *“os comunistas italianos”¹⁰ não crêem que a revolução tenha fracassado na Rússia, porque a revolução comunista ou é internacional ou não é, ou é apenas o nascimento de um Estado Operário (um Estado burguês sem...a burguesia, segundo a enérgica definição de Lenin), porque a revolução comunista pode apenas fracassar como iniciativa da classe operária de organizar em escala mundial, fundada na produção nacional tecnicamente mais desenvolvida, a economia de todas as populações do globo, como tentativa de realizar o que não consegue realizar a classe burguesa para dar paz ao mundo. (...) Os comunistas italianos como os comunistas de toda a internacional operária, consideram que a revolução comunista é um momento necessário do desenvolvimento geral da história mundial: eles querem apenas o que é concedido aos homens querer, querem preparar-se para os acontecimentos, armar-se para serem fortes, organizar-se para serem tenazes e resistentes, educar-se para serem confiantes, entusiasmar-se para serem audazes, elevar-se para que os indivíduos e as coletividades se vejam inseridos em um sistema universal de forças tendente a uma mesma meta”.*

6.2 - Os capitalistas se organizam.

Na situação de instabilidade gerada pelo fim da guerra, as figuras empresariais mais expressivas percebiam a necessidade crescente de:

- A. Manter a qualquer preço a unidade entre os industriais estabelecendo uma orientação comum entre as forças empresariais.

⁹ Mais tarde, nos Cadernos do Cárcere, ao analisar a inserção do fordismo na sociedade americana, Gramsci dirá que “a hegemonia vem da fábrica”. Ou seja, que o poder hegemônico presente na sociedade tem suas origens nas relações sociais implantadas na produção. Relações que para manter-se e desenvolver-se demandam a permanência e/ou a criação de determinadas condições históricas.

¹⁰ Lembramos que Ordine Nuovo era um dos grupos à esquerda do PSI que se identificava com as tese da III Internacional fundada em 1919 e, por isso, se autodenominava comunista.

B. Fazer com que a Confederação Geral da Indústria (Confindústria)¹¹ estivesse mais próxima do poder central, dispondo de grandes fundos e de uma estrutura organizativa adequada.

Nos enfrentamentos pela jornada de oito horas, alguns empresários avançavam a tese de que era necessário melhorar as condições de vida dos trabalhadores para comprometê-los com o desenvolvimento do capitalismo na Itália. Pequenos avanços nas relações entre capital e trabalho seriam a prova da maturidade do empresariado e de sua ampla visão da situação nacional. Além disso, evidenciariam no atual momento histórico a convergência de interesses entre patrões e organizações sindicais reformistas, indispensável para superar as necessidades do pós-guerra. Caso não fosse possível, aumentariam os riscos de viver uma revolução proletária.

Dada a correlação de forças, isso não significava abrir mão de posições essenciais, mas, ao contrário, de planejar a ação empresarial orientando-a para responder à especificidade de cada luta ou, nas palavras do próprio Olivetti: *“Não se deve ceder por temer lutar, mas também não se deve resistir por resistir”*.

Em 1919, um dos assuntos em pauta era a formação de conselhos paritários de empregados e empregadores com direito ao controle sobre a gestão das empresas. Os empresários afirmavam que tais conselhos acabariam descaracterizando *“a função diretiva sobre a economia da empresa, que pertence de direito ao empresário, o qual, suportando todos os riscos técnicos e econômicos do exercício da indústria não pode certamente sujeitar-se a uma reforma que limita a sua liberdade de ação tanto nas questões de aplicação técnica quanto naquelas estritamente contratuais”*.

Ao mesmo tempo, o problema do controle operário, ou, como preferia Olivetti, o problema do *“poder nas fábricas”*, era apontado oficialmente como o responsável pelo agravamento da tensão entre capitalistas e operários.

Parte dos industriais organizados na Confindústria tinha que suportar a ação das representações operárias (CI ou CF) com as quais não podiam e não queriam ter contatos sob pena de acabar reconhecendo e legitimando sua existência e sua ação no meio operário. E tratavam de estudar as maneiras de liquidá-las. Agnelli, da FIAT, via três caminhos possíveis:

- a - Ultrapassá-las em todas as inovações.
- b - Regulamentá-las.
- c - Opor-se resolutamente, combatendo-as.

Supérfluo dizer que na correlação de forças presente no cenário nacional da época apenas a terceira possibilidade parecia-lhe correta.

A nível oficial, a primeira ofensiva era lançada pela Confindústria, que, reunida em Roma em 18 e 19 de dezembro de 1919, orientava os seus associados no sentido de:

- A. Não consentir que as Comissões Internas assumissem atribuições maiores do que as fixadas pelos acordos vigentes;
- B. Impedir toda e qualquer ingerência na orientação técnica e na gestão administrativa da empresa;
- C. Proibir que as reuniões das Comissões Internas acontecessem durante o horário de trabalho;
- D. Negar a elas o direito de conhecer os motivos de dispensa ou de suspensão isolada dos operários;
- E. Recusar categoricamente a concessão do sábado inglês.

O ano de 1920 estava para começar. As perspectivas de enfrentamento com os operários eram grandes, por isso fazia-se necessário ter claros os perigos oferecidos pelos Conselhos de Fábrica e fortalecer a coesão no interior da própria Confindústria. Numa reunião dos empresários convocada para os dias 6 e 7 de março, Olivetti apresentava o seu relatório sobre os Conselhos de Fábrica. Nele chamava a atenção de todos para a possibilidade deles virem a ser as células de transformação da mentalidade corporativa dos operários e os instrumentos de transformação da sociedade capitalista em

¹¹ A Confindústria, criada em 8 de abril de 1919 agregava 50 associações empresariais representando 6 mil indústrias.

uma sociedade comunista. A força desse movimento era apontada como proveniente da experiência soviética e o seu desenvolvimento na Itália seria revolucionário. O movimento dos Conselhos, de fato, tinha dois aspectos: um, de defesa econômica dos operários na economia capitalista e outro político, de preparação e constituição dos órgãos da nova sociedade comunista. Os Conselhos de Fábrica, ao contrário das Comissões Internas, tenderiam a exercer na fábrica um poder operário não submetido à autoridade da empresa. Era preciso, pois, negar aos Conselhos qualquer reconhecimento. Embora todos os acordos coletivos de trabalho fossem negociados diretamente com as organizações sindicais, em breve seria impossível evitar o peso da ação dos Conselhos nas negociações. Portanto, era imprescindível negar qualquer pretensão de controle operário sobre as empresas, pois, como afirmava claramente Olivetti: *“na fábrica não podem existir dois poderes”*.

Na mesma ocasião, Olivetti chegava a colocar que os membros de Ordine Nuovo *“consideram que um dos motivos pelos quais os resultados derivados da ditadura do proletariado e da instauração do comunismo na Rússia não terem sido totalmente bons, consiste na falta de preparação do proletariado para o exercício das funções dirigentes, técnicas e econômicas. Por isso, com a instauração, desde agora, de formas de controle da produção, os Conselhos Operários tendem a superar tal inconveniente no caso de uma revolução italiana, e, de conseqüência, tendem a estabelecer um período de adestramento para o futuro exercício de todas as funções técnicas e administrativas da indústria. Esse é o ponto de partida do movimento operário italiano”*. Olivetti, na verdade, pensava a conjuntura melhor que os próprios dirigentes do PSI e da CGL. De fato, a lia do ponto de vista da classe e não da burocracia.

Poucos dias depois, a Confindústria convidava os seus associados *“a não reconhecer organismos representativos operários que se afastem das habituais formas sindicais”*. Mas os capitalistas não paravam aqui. Queriam anular a existência dos Conselhos de Fábrica, proibir a eleição dos delegados e dos Conselhos, e reduzir as Comissões Internas à órgãos de colaboração para o bom funcionamento das fábricas. Nunca as aceitariam como órgãos políticos e de controle da produção.

As ocupações eclodiam e com elas acelerava-se a preparação dos empresários para enfrentar os Conselhos. Os capitalistas promoviam um recolhimento compulsório de verbas que atingia a cifra de 9,5 milhões de liras (o que correspondia ao salário médio mensal de quase 6 milhões e 600 mil operários especializados da época). Dessa quantia serão gastas apenas 825 mil liras em transporte, mantimentos, pagamento de 300 "voluntários", compra de bicicletas, contribuições e publicações várias, correio e telégrafo, propaganda e outras despesas não especificadas. E tem mais. Por entender a gravidade do momento, as organizações criadas pelos empresários passavam, em alguns casos, a substituir os próprios poderes públicos onde estes demonstravam ser menos eficientes e eficazes. Garantidos pela ação policial, grupos de "voluntários" formados e pagos pelos patrões conseguiram manter, ainda que com dificuldade, o aprovisionamento de alimentos à cidade de Turim - o que era sem dúvida uma questão crucial para tentar controlar o propagar-se do descontentamento - a distribuição de eletricidade e, muito precariamente, os serviços do correio. Mas, acima de tudo, alimentavam uma intensa atividade de contra-informação. Uma vez derrotado o movimento dos Conselhos, seria fundamental mostrar à população que as idéias comunistas não passavam de mera utopia com o único objetivo de promover a desordem.

Com essas medidas, os empresários jogavam todos os seus trunfos passando da resistência para a ofensiva. Mudara a qualidade dos enfrentamentos pois, afinal, o que estava em jogo era o poder nas fábricas e, a seguir, ...na sociedade.

6.3 - Os católicos.

É de fundamental importância analisar o peso da presença dos católicos no campo ideológico italiano. O controle exercido pela igreja sobre as massas foi quase sempre decisivo.

O crescimento das organizações socialistas obrigava a igreja a apressar o passo na disputa pelas consciências dos trabalhadores. Em 1891, o Papa Leão XIII publicava a encíclica *Rerum Novarum* na qual reconhecia que o trabalho não era uma mercadoria como outra qualquer e, portanto, não podia estar submetido apenas às leis da oferta e da procura. Abria-se, assim, o espaço para a formação e o desenvolvimento do sindicalismo católico.

O ano de 1901 começava com a encíclica *Graves de Comuni* onde se reforçava a idéia de que *“o entendimento e a ação dos católicos que visam promover o bem dos proletários, não deve (...) propor-se a preferir e a preparar com isto uma forma de governo ao invés de outra”*. Aproveitando-se das ambigüidades do texto, os democrata-cristãos intensificavam suas atividades de organização e propaganda. Com isso, o movimento sindical católico crescia. No congresso regional de Milão os democrata-cristãos chegavam a admitir *“o confronto e a luta dos interesses e das classes na produção e na vida pública (...); a resistência legal e a greve como meios de defesa dos interesses dos humildes”*. Na realidade, o interesse central do grupo era de travar a luta contra os socialistas no próprio terreno daqueles, na tentativa de disputar a direção do movimento dos trabalhadores.

Em 1906, após aprovação do Vaticano, a organização nacional dos católicos passava a ser realizada por três associações:

- A Unione Popolare tra i Cattolici d'Itália
- A Unione Economico-sociale dei Cattolici Italiani
- A Unione Elettorale Cattolici Italiani.

À primeira competia liderar ideológica e politicamente as outras duas associações. No entanto, a repressão que o papado exercia a cada dia sobre o modernismo¹² e a democracia-cristã tornavam o debate teórico e as iniciativas culturais católicas cada vez mais áridas. A própria Unione Elettorale definia sua ação como sendo *“a intervenção direta nos colégios onde existiam sérias possibilidades de elegerem os seus candidatos; intervenção em apoio a candidatos conservadores ou moderados que dêem garantias particulares nos colégios onde a extrema esquerda é forte; abstenção nos colégios onde estas possibilidades não existem, e onde as forças de esquerda são débeis”*.

Em 1908, eram criadas a Direção Geral da Ação Católica Italiana e a União entre as mulheres católicas italianas. Entre 1907 e 1909, intensificavam-se as ações católicas no campo do mutualismo, cooperativismo e das caixas rurais.

No ano eleitoral de 1909, era suspensa a proibição de votar imposta pelo Vaticano em 72 colégios e apareciam 52 candidatos católicos. A ala clerical moderada, eleita no pleito, assumia a direção da maior parte dos jornais católicos e buscava fundar outros menos sectários, e de melhor qualidade, para que pudessem concorrer com os jornais "leigos".

Em 1910, o sindicalismo católico crescia atingindo o número de 374 Ligas e formando, em julho do mesmo ano, o Secretariado Geral das Uniões Profissionais. Ainda nesse ano, os democrata-cristãos se reuniam e proclamavam que *“a meta de todo progresso social no terreno econômico era a abolição do salariado e de toda forma de exploração onde os meios de produção não eram propriedade de quem os empregava”*. Acima de católicos, eles se declaravam democratas. A essa altura, o sindicalismo católico já dividia com os socialistas e os anarco-sindicalistas a direção do movimento sindical.

¹² Modernismo é a designação dada a diversos movimentos inovadores no campo da literatura, das artes plásticas, da arquitetura e da música que surgem a partir do final do século XIX e se estendem até a década de 30. Em relação à igreja, esse movimento cultural expressava a exigência de renovar o próprio catolicismo ao aplicar no estudo da Bíblia a crítica histórica, científica e filosófica.

No final de 1918, os católicos fundavam o Partito Popolare Italiano (PPI) que vinha responder à questão de sua organização política. Sua tarefa fundamental era a de conquistar consciências e forças sociais ativas para servir de anteparo à penetração socialista, tanto na cidade como no campo. A guerra tinha ampliado o poder do Estado sobre a sociedade italiana, diminuindo a importância do papado. O desenvolvimento do capitalismo acabava de criar formas econômicas que laicizavam cada vez mais a sociedade e estava acelerando a destruição das atividades econômicas vinculadas à estrutura religiosa. O mito religioso, como escrevia Gramsci no jornal *Avanti* em 12 de novembro de 1918, “*laiciza-se, renuncia à sua universalidade para tornar-se vontade prática de uma camada burguesa particular que, conquistando o governo do Estado, além da construção geral dos privilégios da classe, se propõe a conservação dos privilégios particulares dos seus aderentes*”.

6.4 - Mussolini e o fascismo.

Conhecedor das massas e ex-líder socialista, em agosto de 1918, Mussolini procurava aplanar o seu caminho na situação do pós-guerra. Uma das primeiras medidas era a troca do subtítulo do jornal *Il Popolo d'Itália*: agora não mais um “Diário Socialista” e sim, o “Jornal dos combatentes e dos produtores”. Tratava-se de facilitar a penetração em todos os estratos sociais onde, ao mesmo tempo, havia um descontentamento em relação à política do governo e uma não adesão às propostas socialistas. Para tanto, Mussolini declarava, de um lado, que os fascistas seriam o “*antipartido dos realizadores*”, pois partido para ele era sinônimo de putrefação parlamentar, e, de outro, preocupava-se em ir apagando tudo o que poderia vir a ser considerado radical aos olhos da burguesia. Pouco a pouco o termo *produtores*, era substituído por *realizadores* e estes sim construiriam o “*antipartido, isto é uma organização fascista que não terá nada em comum com os credos, os dogmas, a mentalidade e, sobretudo, os preconceitos dos velhos partidos*” (*Il Popolo d'Itália* 23/11/1918). Ao falar em *velhos partidos*, Mussolini referia-se especialmente ao Partido Socialista.

O nome fascista tampouco era semanticamente neutro ou ingênuo. Ele foi escolhido por relembrar três imagens históricas: os acontecimentos revolucionários de 1894 (os “Fasci Siciliani”) para sublinhar a força da união das massas, o caráter patriótico dos Fasci de intervenção em 1915 e dos Fasci parlamentares de defesa nacional nascidos no âmbito da primeira guerra mundial, e a própria história da Roma antiga através da adoção do Fascio Littório como emblema do partido fascista. O Fascio Littório era um pequeno machado entrelaçado com um feixe de varas carregado pelos oficiais que acompanhavam os magistrados romanos nas execuções das sentenças judiciais. Era símbolo da autoridade de quem age para que justiça seja feita. Dessa forma, Mussolini colocava-se como continuidade histórica de um passado glorioso e síntese dos anseios nacionalistas e das propostas mais radicais que vinham de todos os setores da sociedade.¹³

Em março de 1919, apoiava publicamente a ocupação da empresa realizada pelos operários da metalúrgica Franchi Gregorino, na maior parte sindicalizados pela *Unione Italiana del Lavoro*, futura base do sindicalismo fascistas. Os operários, após tentar convencer os patrões a ceder às suas reivindicações, resolviam expulsar os empresários e continuar a produção. O exército logo intervinha para devolver a fábrica aos donos e restabelecer a ordem. Normalizada a situação, Mussolini que apoiava o movimento por ele chamado de “*greve produtiva*”, dizia aos operários: “*Vós vos colocastes no terreno da classe, mas não esquecestes a nação. Falastes do povo italiano, não somente da vossa categoria de metalúrgicos. Pelos interesses imediatos da vossa categoria poderíeis fazer a greve de velho estilo, a greve negativa e destrutiva, mas pensando nos interesses do povo, inaugurastes a*

¹³ Entre eles destacamos, de um lado, o capital monopolista e os grandes proprietários de terra e, de outro, a pequena burguesia industrial e comercial, os artesãos e os pequenos proprietários agrícolas.

greve criadora que não interrompe a produção". E não perdia a oportunidade de atacar o PSI: "*não sóis os pobres, os humildes, os rejeitados, segundo a velha retórica do socialismo libertário, vós sóis produtores e é por ter assumido esta vossa qualidade que reivindicastes o direito de tratar de igual para igual com os industriais*".

O caráter anti-socialista do fascismo estava marcado sem que Mussolini corresse o risco de ser considerado antioperário. Para ele, PSI e massa trabalhadora eram "*coisas distintas, que não se confundem*" e frente às quais tornava-se necessário desenvolver estratégias diferenciadas.

A 15 de abril de 1919, grupos fascista saqueavam o jornal socialista Avanti. Em seguida, no Il Popolo D'Itália Mussolini declarava que embora os Fasci não tivessem preparado o ataque, assumiam a inteira responsabilidade moral do incidente e, em entrevista ao Giornale D'Itália, afirmava ser este o primeiro ato da guerra civil, uma reação sadia contra a chantagem leninista. No 1º de maio do mesmo ano publicava um discurso em que acusava os socialistas: "*Eles jogam com as massas operárias sem nunca consultá-las. A conduta do partido nas relações com o proletariado é claramente autocrática, absolutista, imperialista, burguesa. (...) O partido é um fato estranho ao movimento operário. Ninguém lhe contesta o exercício do poder sobre os seus inscritos; mas é cretino e criminoso permitir-lhe o exercício e o abuso do poder sobre o proletariado. (...) É tempo de estabelecer nas organizações um regime de democracia verdadeira. É tempo de dizer que antes de encenar qualquer movimento econômico e político os operários devem ser interpelados. É tempo de dizer que os operários não são fantoches privados de capacidade de raciocínio, como pensa o PSI, que fala sempre em nome do proletariado sem nunca interpelá-lo. Amigos operários, está em questão a vossa dignidade e a vossa liberdade. Tomai providências! Insurgi-vos! Antes que a tirania vermelha vos esmague*". Nesta época, os industriais já estavam sustentando financeiramente o jornal Il Popolo D'Itália e o movimento liderado por Mussolini.

Os fascistas se multiplicavam integrando em suas fileiras soldados que haviam participado da guerra e agora estavam desmobilizados, estudantes filhos da pequena burguesia e da burguesia, desclassificados e marginalizados em geral.

No dia 6 de junho, o jornal Il Popolo D'Itália publicava o programa dos "Fasci di Combattimento". O programa se autoproclamava "*um movimento sadiamente italiano. Mais do que isso, revolucionário, por ser antidogmático e antidemagógico; poderoso porque desprovido de apriorismos*".

Nele declarava-se que os fascistas apoiavam o sufrágio universal, a representação proporcional, a plena cidadania para as mulheres, a redução da idade para ser eleitor e deputado, a abolição do senado constituinte, a redução da idade de aposentadoria para 55 anos e que outorgariam às representações proletárias (desde que moral e tecnicamente dignas) a gestão das indústrias e dos serviços públicos. O programa previa também, a redução da jornada de trabalho para oito horas, o salário mínimo, a formação de conselhos nacionais técnicos do trabalho, da indústria, dos transportes, da higiene social, das comunicações etc., com poderes legislativos e o direito de eleger um comissário geral com autoridade comparável a de um ministro. No plano militar propunha a criação de uma milícia nacional, de instrução rápida e de caráter defensivo, a nacionalização das indústrias de armamentos e uma política externa que valorizasse a nação italiana. De acordo com o programa, o capital financeiro seria taxado com pesados impostos progressivos, o que seria uma "*autêntica expropriação parcial de todas as riquezas*", haveria o confisco dos bens das congregações religiosas e de 85% dos lucros embolsados pelas empresas com o fornecimento de material bélico durante a guerra.

Diante dos levantes populares contra a alta do custo de vida em julho de 1919, uma moção dos Fasci di Combattimento proclamava a "*ilimitada solidariedade com o povo das diversas províncias da Itália insurgido contra os esfaimadores*", aplaudia a iniciativa da requisição popular e conclamava

os fascistas a *“ordenar e apoiar resolutamente as manifestações de enérgico protesto contra as formas mais repugnantes de derrotismo das classes parasitárias da nação”*.

Tanto no programa como na moção de solidariedade, tratava-se de ganhar a simpatia das massas com grandes promessas, dando porém um novo conteúdo e uma nova direção às suas bandeiras de luta. Ao incorporar as reivindicações dos trabalhadores e de quantos sentiam-se espoliados pela ação dos monopólios (basicamente os artesãos, os pequenos empresários e os pequenos proprietários agrícolas) os fascistas buscavam garantir um mínimo de consenso em torno de sua ação. Mas, ao despi-las de seu caráter classista, transformavam a luta entre patrões e trabalhadores numa aliança contra o inimigo comum, identificado ora nas potências estrangeiras e nas relações comerciais por elas impostas, ora nas populações nativas que resistiam à colonização de seus territórios. Pouco a pouco, em nome do bem estar da nação, a perspectiva nacionalista na qual Mussolini inseria os anseios populares levaria a colocar a busca da auto-suficiência econômica do país e a conquista de novas colônias como elementos fundamentais da ação do Estado.

Mussolini, portanto, não era um lunático que estava agindo sozinho, mas o agente histórico em cujo projeto a classe dominante italiana embarcou para reduzir às cinzas as conquistas políticas e econômicas impostas pelos trabalhadores. A confusão ideológica que imperava nos setores majoritários das direções do movimento operário sindical, propiciava as condições necessárias para anestesiar o inimigo de classe com perspectivas de futuro capazes de ocultar aos seus olhos o terreno em que podia-se dar a eliminação dos mecanismos de exploração. O uso da coerção, de um lado, e o sonho nacionalista, de outro, abriam o caminho para alterar a correlação de forças em que se fundamentavam as conquistas arrancadas em longos anos de luta e, finalmente, seria possível passar à progressiva eliminação das organizações da classe trabalhadora. Se é verdade que o radicalismo dos discursos de Mussolini, às vezes, assustava alguns empresários, é também verdade que à burguesia não restava outra escolha.

7 - Construindo o poder dos trabalhadores.

É nesse contexto histórico que em Turim nasciam e se desenvolviam os Conselhos de Fábrica. Como vimos, a instabilidade gerada pelo acirrar-se das contradições do pós-guerra, criava um ambiente favorável a um levante revolucionário. O que faltava, era um projeto de classe claramente delineado e capaz de realizar as tarefas que se faziam necessárias para este fim.

Os setores organizados da sociedade disputavam a direção política, intelectual e moral das classes subalternas, universalizando na sociedade o próprio projeto político e a sua concepção de mundo. Nesse embate, era fundamental que a classe trabalhadora fosse autônoma em relação às outras classes. Ou seja, que os operários, enquanto classe, fossem capazes de produzir a própria visão de mundo e de definir claramente o seu projeto político para a construção de uma nova sociedade e de um novo Estado¹⁴. Era este o primeiro passo e, ao mesmo tempo, a condição essencial, para a construção do poder dos trabalhadores e para que estes pudessem desenvolver um leque de alianças sem perder a sua identidade de classe.

O desafio não era pequeno. Mas, por onde começar? Com que critérios? Quais as metas que se pretendiam atingir e quais as condições que se faziam necessárias para alcançar estas metas? É o que vamos delinear a seguir.

¹⁴Resumimos aqui o sentido de dois textos de Gramsci publicados no jornal *Il Grido del Popolo* nos dias 29 de janeiro de 1916 e 4 de maio de 1918.

7.1 - Revertendo a ordem.

Nos escritos de Gramsci, a ruptura das relações sociais de produção capitalistas e o processo de construção do socialismo são as metas históricas que orientam a análise da realidade e a ação cotidiana do proletariado. Somente esta perspectiva pode levar os trabalhadores a perceberem que a democracia burguesa não é o instrumento com o qual poderão destruir os mecanismos de exploração. Nela, eles sentem-se livres quando, na verdade, são escravos da liberdade dos capitalistas que para crescerem precisam que os operários continuem vendendo, a baixo preço, a própria força de trabalho. Se a vida do capital é a morte dos trabalhadores, eles não devem medir esforços para destruir as relações que os condenam a permanecerem escravos de suas necessidades básicas.

Mas a derrubada do Estado burguês e a implantação da ditadura do proletariado não podem constituir o último estágio da luta de classes. Quem é maioria na sociedade não pode ter como horizonte histórico a ditadura, e sim a democracia dos trabalhadores que só é possível num novo patamar civilizatório. Trata-se, portanto, de construir desde já um projeto político global no qual serão dadas **todas** as condições para superar a divisão entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Diante desse desafio, Gramsci comenta: “*O Estado proletário não se improvisa (...) a obra de reconstrução exigirá, por si só, tanto tempo e tanto trabalho que cada dia e cada ato deveria poder ser destinado a ela*” (Ordine Nuovo, 21/06/1919). O primeiro passo nessa direção é libertar-se da dominação burguesa e construir simultaneamente as condições para a nova ordem da classe trabalhadora.

Mas porque partir da questão da ordem? Exatamente porque ela é um elemento importante da política. A burguesia diariamente enaltece e justifica o presente porque ele é **ordem**: as coisas são assim porque é **natural** que assim sejam. Dessa forma, as massas são levadas a pensar o **diferente**, o **diverso**, como violência, caos, artificialidade, enfim como **perigo**. E com isso é evitada a questão central da ordem: o seu caráter classista. A necessidade de manter a ordem legitima o uso da coerção e permite à burguesia ocultar o fato de que se trata da **sua** ordem. Ao encarar o diferente como perigo e ameaça, os trabalhadores não percebem que para eles a ordem burguesa significa a permanência de uma situação de crescente exploração e miséria, ao mesmo tempo em que o mundo por ela organizado lhes parece ser não apenas o melhor, mas o único possível.

Da mesma forma, a classe dominante acredita e fala de cidadania somente quando se trata de usá-la a seu favor. Em vários artigos escritos no Avanti entre 1916 e 1918 Gramsci constata: “*sendo o burguês homem da ordem, como se diz, e não um subversivo, ele aceita as leis do seu Estado e da sua cidade. Aceita-as integralmente, porque não as combate, porque não faz nenhuma tentativa de mudá-las, porque sua atividade de cidadão tende à conservação e não à substituição, à revolução*”. Na verdade, “*ele tende com todas as suas forças a tornar-se um parasita das suas próprias idéias, do seu próprio programa, do seu nascimento, da herança do seu pai, da ignorância dos seus operários (...). Põe em contradição as palavras com os fatos, o burguês com o cidadão, com o legislador*”. O seu programa, a sua cidadania tem que desconhecer o outro - o trabalhador - sobre o qual recai o ônus da vida nacional. Por isto, o critério burguês de cidadania, mais visível na Itália da época, é aquele ditado pela “*consciência tributária da burguesia*”, pela qual o cidadão é “*um contribuinte que tem apenas o dever sagrado de pagar os impostos sem reclamar, de aceitar sem protesto todos os desmandos que os (...) monopolizadores das indústrias cívicas crêem ter o direito de lhe impor, de não perturbar a tranqüilidade pública, etc.*”.

Para realizar essa cidadania é necessário que as massas mantenham uma postura de absoluta indiferença. Tudo tem que parecer fatalidade. “*Os fatos amadurecem na sombra, porque mãos não vigiadas por controle algum tecem a teia da vida coletiva, e a massa ignora. Os destinos de uma época são manipulados por visões restritas, finalidades imediatas de pequenos grupos ativos, e a*

massa dos cidadãos ignora". A indiferença e as ilusões na igualdade formal perante a lei tendem a manter a ação das massas nos limites traçados pelo próprio sistema. Isso *"ocorre tanto porque alguns queiram que ocorra, quanto porque a massa dos homens abdica de sua vontade, deixa fazer, deixa dar os nós que depois só a espada poderá cortar"*. A cidadania burguesa, portanto, molda o caráter desse homem que espera ver algo acontecer. Esse tipo de cidadão *"não é um homem de ação, porque não deu sua adesão a nenhum programa concreto. Não é um temperamento crítico, porque, para criticar é preciso distinguir; para distinguir é preciso ter um critério, uma idéia geral, um apriorismo polêmico"*.

Por isso, frente à cidadania burguesa e aos interesses aos quais serve, o proletariado é chamado a construir uma nova ordem. Não se trata de uma nova submissão a uma ordem preestabelecida e sim da participação ativa num processo de construção histórica de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Nele deve ser desenvolvida e fortalecida a capacidade dos trabalhadores transformarem suas demandas e reivindicações individuais em exigências de classe capazes de abalar e destruir a ordem burguesa ao mesmo tempo em que lançam os alicerces de uma nova ordem social. Para cumprir esta tarefa o proletariado deve dar a sua adesão ativa a uma disciplina coletiva no interior das organizações da classe. *"Associar-se a um movimento quer dizer assumir para si uma parte da responsabilidade nos acontecimentos que se preparam, tornar-se artífice direto destes acontecimentos. Um jovem que se filia à organização juvenil do movimento socialista realiza um gesto de independência e libertação. Disciplinar-se é tornar-se independentes e livres. A água é água pura e livre quando corre entre as margens de um riacho ou de um rio e não quando se encontra caoticamente esparramada no terreno ou rarefeita na atmosfera. Quem não segue uma disciplina política é exatamente como a matéria que se encontra no estado gasoso, ou a matéria bruta, permeada de elementos estranhos e, portanto, inútil e prejudicial"*. A burguesia também tem uma disciplina. Só que ela é mecânica, exclui a livre adesão dos indivíduos. Quem se disciplina no sentido socialista *"comanda a si mesmo, impõe aos seus caprichos, às suas veleidades desordenadas, uma regra de vida (...). Este é o caráter das disciplinas autônomas: ser a própria vida, o próprio pensamento de quem as observa. A disciplina que o Estado burguês impõe aos indivíduos faz deles súditos que tem a ilusão de influir sobre o desenrolar dos acontecimentos"*.

Para as classes dominantes a indiferença e a passividade das massas não são um problema e sim elementos fundamentais que permitem viabilizar novos equilíbrios de forças e um novo patamar de exploração. Por isso, a disciplina é imposta às classes subalternas pela coerção ou pelo respeito à autoridade e não pela consciência das necessidades coletivas.

Esta postura rema em direção oposta à construção do socialismo que demanda um intenso trabalho cultural capaz de levar as massas a superar a visão ingênua do senso comum, a reconhecer-se enquanto classe, a ter uma noção exata do próprio poder e uma vida política independente das outras classes. Por cultura, não entendemos uma carga de informações ou dados estatísticos e nem as manifestações da chamada *"cultura popular"*. Para Gramsci, cultura é *"organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e deveres"* (II Grido del Popolo, 29/01/1916).

É esse o sentido de cultura que lhe permite afirmar: *"Toda revolução foi preparada por um imenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de um permear de idéias no meio de um agregado de homens antes refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político por si mesmos, sem ligação de solidariedade com os outros que se encontravam nas mesmas condições"*.

Em outras palavras, o processo revolucionário implica na construção de uma nova ordem, que já deve ir sendo preparada desde antes da conquista do poder. As dificuldades reveladas pela

revolução russa e as derrotas sofridas pelos trabalhadores na Alemanha e na Hungria mostram que essa relação não pode sofrer um lapso temporal. Para Gramsci, faltaram nessas revoluções *“forças produtivas tendentes ao desenvolvimento e à expansão, um movimento consciente das massas proletárias dirigido a substanciar o poder político com o poder econômico, a vontade das massas proletárias de introduzir na fábrica a ordem proletária, de fazer da fábrica a célula do Novo Estado, de construir o Novo Estado como reflexo das relações industriais do sistema de fábrica”* (Ordine Nuovo, 3/07/1920).

Na Itália, a crise da burguesia e o ascenso das lutas operárias tornam ainda mais urgente o trabalho de preparação destes elementos. Mas, que caminho seguir se o setor majoritário do movimento sindical continua a pensar o trabalhador como simples assalariado e sua ação limita-se a vender por um preço melhor a força de trabalho dos seus representados? O que fazer quando a ação do próprio Partido Socialista não é capaz de superar os estreitos limites dos direitos e deveres impostos pela ordem da burguesia? No fundo, partido e sindicato estão vendo o proletário com os mesmos olhos do capitalista. Sob o impacto das investidas da luta de classes, ele até se dispõe a negociar salário, jornada de trabalho, ritmo, benefícios sociais etc., mas se opõe com todas as forças ao fim do trabalho assalariado e de seu total controle sobre o mesmo. Ao manter-se nos limites traçados pela burguesia, as direções do movimento operário sindical, não possibilitam a superação do estágio econômico corporativo da luta e este acaba legitimando aos olhos dos trabalhadores as bases sobre as quais se erguem os mecanismos de exploração do sistema.

Os Conselhos de Fábrica nascem da necessidade de superar esta situação e preparar o caminho do futuro vinculando o presente à construção do socialismo. Ao terem como tarefa diária *“o preparo dos homens, organismos e conceitos, através de uma contínua ação pré-revolucionária de controle, para que estejam prontos a substituir a autoridade patronal nas empresas e a enquadrar em uma nova disciplina a vida social”* (Ordine Nuovo, 8/11/1919), os Conselhos constroem a cidadania dos produtores. Capacitando a classe trabalhadora a assumir o papel de classe dirigente, colocam-se constantemente, não como elemento de continuidade, e sim de ruptura da ordem capitalista existente. Nesse sentido, a ação dos Conselhos, na fábrica e na sociedade, deve criar as condições necessárias para transformar o velho homem coletivo submetido à hegemonia burguesa num homem novo que age não por imposições e obrigações externas, e sim pela autoconsciência das necessidades coletivas. Capaz de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir nela com todo o seu ser, sua lógica de ação não está alicerçada no lucro, na competição, na obsessão pela posse e o consumo próprias do individualismo capitalista, e sim na solidariedade e no esforço incessante de colocar a vida do ser humano como objetivo a ser alçado.

Nesta perspectiva, os Conselhos (na globalidade de sua proposta que, além da fábrica, inclui a organização dos camponeses e dos bairros numa seqüência de articulações que abrangem o território nacional) são entendidos como o momento privilegiado de construção da identidade e da hegemonia da classe frente ao qual o PSI, para ser revolucionário, deve, em primeiro lugar, abandonar sua situação de exterioridade em relação à classe e passar a viver o cotidiano dela.

De fato, como Gramsci já havia escrito em Il Grido del Popolo de 12 de outubro de 1918: *“As organizações italianas de resistência estão bem longe de representar aquelas forças democráticas, capazes de controle recíproco, que são o pressuposto de uma ação de classe política e econômica, sistemática e ordenada”*. O problema está no fato de que nessas organizações poucos participam. Essa falta de participação não lhe retira o direito formal de intervir nos momentos decisivos da vida da organização. Inexiste, porém, uma vida associativa que prepare o associado à participação quotidiana. O resultado é que ele *“não compreende o alcance e as conseqüências de uma decisão, não tem o sentido da responsabilidade dos seus atos”*. Por isso, *“os dirigentes adquirem uma autoridade e uma importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente*

democrático das organizações”. Longe de fortalecer a organização da classe, esta situação leva à supremacia dos dirigentes. Eles *“deliberam muito, demasiadamente, ao invés de serem apenas órgãos executivos e administrativos”*. É importante levar em consideração que, embora isso possa vir a ser uma necessidade momentânea, ela deve ser desde logo combatida e superada. O poder da burocracia sindical repousa na inércia das massas; e essa inércia deve ser destruída. Caso contrário, o sindicato acaba perdendo a visão do movimento da classe e *“quando se torna um fim em si mesmo”*, passa a ser *“um empecilho ao devir socialista, pois desagrega a classe com o espírito do corporativismo e, pior, de categoria”* (Avanti, 18/06/1916).

O partido surge evidentemente com a finalidade de alterar essa situação, de ser o momento propriamente político da classe, de ser o seu pólo unificador. Só que, diferentemente da organização econômica, o partido tem que romper com este cotidiano da maneira mais radical. Se o reformismo na ação sindical é elemento de entrave à realização plena da força da classe, na esfera política ele é a morte da possibilidade de unificação da própria classe. E sem um projeto classista e uma ação intransigente é difícil evitar que também na esfera política se dê o predomínio dos dirigentes e a submissão destes, e do partido, à ordem capitalista.

Na linha do pensamento gramsciano, sindicato e partido devem adequar-se às novas exigências da luta de classes, no momento histórico concreto, e renovar-se caso queiram ter alguma influência sobre a classe. Em primeiro lugar, trata-se de transformar o radicalismo verbal em discussão e concretização de propostas que, no cotidiano da luta de classes, melhor atendam às necessidades concretas do atual estágio de construção do poder dos trabalhadores.

Para isso, é fundamental ter uma inserção profunda na vida e nos embates diários da classe. Essa inserção abre caminhos para que o discurso dos dirigentes e das lideranças sobre o cotidiano não busque transmitir verdades para sempre reveladas, externas, superiores à classe, mas se preocupe em produzir respostas às perplexidades da classe, ou ainda a ajudá-la a melhor explicitar estas mesmas perplexidades. Mais do que uma pedagogia da revelação, o discurso gramsciano vive uma dialética da construção prático-teórica do saber da massa trabalhadora e de sua tentativa de se colocar plenamente como classe.

Ou seja, para Gramsci, o Conselho é o local onde aqueles que pretendem dirigir o movimento operário não impõem resoluções, mas constroem democraticamente a sua hegemonia em confronto aberto com outros projetos já presentes na própria classe. A possibilidade de predomínio dos filiados ao Partido Popular, dos anarco-sindicalistas e mesmo dos reformistas no interior dos Conselhos não assusta Gramsci, desde que estes *“sejam trabalhadores assalariados eleitos nos seus locais de trabalho, e dêem sua adesão ao Estado Operário”* (Ordine Nuovo, 29/11/1919). A luta democrática dentro dos Conselhos garantirá a possibilidade que esses companheiros sejam influenciados e transformados. Por isso, a democracia interna dos Conselhos é um elemento vital. É na disputa e na discussão em torno de projetos, e não por direito divino, que os socialistas devem ser a maioria. Isto é, os socialistas devem ter razão *na* e não *sobre* a classe, pois a construção da hegemonia no interior da classe é um momento necessário para a realização da revolução. É nesta perspectiva que os Conselhos são, necessariamente, o local da democracia e da construção da nova ordem.

7.2 - Os "produtores" preparam o futuro.

Com o fim da guerra a Itália vivia uma situação de profunda instabilidade que suscitava em Gramsci algumas questões fundamentais: *“Como disciplinar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como discipliná-las e dar-lhes uma forma política que contenha em si a virtude de desenvolver-se normalmente, de integrar-se continuamente, até formar o esqueleto do Estado socialista, no qual se encarnará a ditadura do proletariado? Como soldar o presente ao futuro,*

satisfazendo as urgentes necessidades do presente, trabalhando utilmente para criar e antecipar o futuro?”.

Estas perguntas tinham como pressuposto a idéia de que o *“Estado Socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social, características da classe trabalhadora explorada. Ligar essas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, respeitando a necessária autonomia e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional”* (Ordine Nuovo 21/06/1919).

A construção do poder dos trabalhadores, portanto, deve começar antes da conquista do Estado, transformando a massa operária através de um processo constante de educação mútua e aprendizado coletivo no interior das fábricas. Trata-se de levar o trabalhador a superar a situação de alienação na qual se encontra e a forjar sua capacidade de elaboração, controle e direção enquanto indivíduo profundamente inserido no projeto da classe. De fato, *“o operário pode conceber a si mesmo como produtor, apenas quando se percebe como parte indissociável de todo o sistema de trabalho, que se sintetiza no objeto fabricado; apenas se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do funcionário administrativo, do engenheiro, do diretor técnico. O operário pode conceber a si mesmo como produtor se, depois de ter-se inserido psicologicamente no processo produtivo particular de uma fábrica, por exemplo, em Turim, de uma indústria automobilística, e depois de ter-se pensado como um momento necessário e insuprível da atividade de um complexo social que produz o automóvel, supera essa fase e vê toda a atividade turinesa da indústria produtora de automóveis. Concebe então Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel, e concebe uma grande parte da atividade geral do trabalho turinês como existindo e se desenvolvendo apenas porque existe e se desenvolve a indústria do automóvel. Concebe então os trabalhadores destas múltiplas atividades gerais também como produtores da indústria do automóvel porque criadores das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria.*

O operário, movendo-se a partir desta célula, a fábrica, vista como unidade, como ato criador de um determinado produto, se eleva à compreensão de unidades sempre mais vastas, até a nação, que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção (...). Agora o operário é produtor porque adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; agora ele percebe a classe e torna-se comunista, porque a propriedade privada não é função da produtividade e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, proprietário privado, como um ponto morto, como um obstáculo que ele precisa eliminar. Agora ele concebe o Estado, tal como uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, que reflete a vida da fábrica, com todas as relações e as funções, novas e superiores, exigidas pela sua imensa grandeza e que representa o complexo, harmonizado e hierarquizado, das condições para que a indústria, a sua fábrica, a sua personalidade de produtor viva e se desenvolva” (Ordine Nuovo, 8/11/1919).

Quando descobre a si mesmo como produtor de toda riqueza, o operário começa a perceber que ele não precisa dos patrões para viver, que a produção que hoje está a serviço do enriquecimento de poucos pode ser orientada ao atendimento das necessidades coletivas e, sobretudo, que somente sua ação transformadora pode alterar o rumo da história.

Se a ideologia burguesa o levava a ser um concorrente que, para vencer e subir na vida, devia lutar contra o outro operário numa guerra de um contra todos e de todos contra todos, ao perceber-se como produtor, ele pode romper com essa visão. Enquanto produtor, ele sente a necessidade de solidarizar-se com os colegas que sofrem sua mesma situação de espoliação. Pouco a pouco, as

diferenças entre as suas condições de vida e as dos proprietários deixam de ser assimiladas e justificadas como questão de azar, de destino, como algo natural, eterno e imutável, para serem vividas como *fruto de determinadas condições históricas* que deram origem à exploração existente. Ao tomar consciência da importância do seu trabalho na construção da vida e da urgência de destruir a lógica da acumulação e do lucro capitalistas como passo indispensável para que sejam atendidas as necessidades de todos, a sua rebeldia deixa o lugar a uma intervenção consciente ao lado dos seus colegas. O trabalhador começa então a perceber-se como soldado de uma classe que coloca na ordem do dia a questão do seu poder, da sua hegemonia e do seu Estado. Não é por acaso que a luta pelo controle da produção é o terreno no qual burguesia e proletariado disputam a posição de classe dirigente das grandes massas populares.

Sendo assim, os Conselhos negam a importância dos sindicatos? Não, pelo menos não de todos os sindicatos. No texto publicado em Ordine Nuovo no dia 8 de novembro de 1919, Gramsci diz que os Conselhos *“reconhecem a utilidade dos sindicatos de ofício e da indústria na história da luta de classes, e a necessidade de que eles continuem na sua função de organizar as categorias particulares de trabalhadores, para obter melhorias salariais e de horário de trabalho, enquanto permanecer a concorrência no mercado de trabalho (...). Reconhecem nos sindicatos uma forma indispensável de organização (...). Sustentam que todos os operários devem estar organizados nos sindicatos”*. No entanto, declaram que a disciplina sindical só tem valor na medida em que as organizações sindicais sejam revolucionárias. *“Os operários organizados no seio dos Conselhos aceitam sem discussão que a disciplina e a ordem dos movimentos econômicos, parciais ou coletivos, sejam fixados pelos sindicatos, desde que as normas dos sindicatos sejam dadas pelos comissários de fábrica, como representantes da massa trabalhadora. Recusam como artificial, parlamentarista e falso qualquer outro sistema que os sindicatos queiram seguir para interrogar a vontade das massas organizadas. A democracia operária não se baseia no número e no conceito burguês de cidadão e sim nas funções do trabalho, na ordem que a classe trabalhadora assume naturalmente no processo de produção industrial, profissional e nas fábricas”*.

A questão do poder está colocada de forma clara. Os sindicatos perdem a hegemonia na medida em que absorvem o estilo e os valores com os quais a burguesia dirige a vida em sociedade. O poder deve deixar os escritórios sindicais para instalar-se nos locais de trabalho. E tem mais: *“Os Conselhos encarnam (...) o poder da classe trabalhadora organizada por fábrica, em antítese à autoridade patronal que se realiza na própria fábrica”*. Neste sentido, os operários deverão vigiar e diminuir progressivamente o poder dos capitalistas nos locais de trabalho. Pelo fato de viverem a vida da fábrica, poderão dominar a produção, conhecer as modificações técnicas, acompanhar o crescimento da capacitação dos trabalhadores e estimular esse crescimento. *“Deste modo ir-se-á constituindo um novo costume de fábrica, primeiro grau da verdadeira e efetiva legislação do trabalho, isto é, das leis que os produtores elaborarão e darão a si mesmo”* (Ordine Nuovo, 13/09/1919). A ação dos Conselhos se exercerá em cada seção da fábrica, fazendo com que os operários se qualifiquem cada vez mais, permitindo que um dia a massa proletária trabalhe para si mesma. E o comissário, verdadeiro intelectual da classe, deve ser o articulador do processo de transformação de cada operário em um intelectual da classe.

Os conselhos, portanto, são órgãos políticos da classe ainda não unificada política e economicamente. Neles deve acontecer o debate entre os vários projetos de transformação social. Os grupos comunistas devem proclamar: *“Todo poder aos Conselhos”*, devem participar deles como produtores, não como cidadãos ou assalariados, e alcançar a hegemonia no interior dos mesmos. Trata-se, de fazer com que o partido e o sindicato entrem neste *Estado potencial* e sejam capazes de convencer e de guiar as massas dando-lhes organicidade, trabalhando para realizar com elas a

hegemonia da classe. Em fim, partido e sindicato devem fazer-se classe, e não dominar a classe. Devem ser o momento da Democracia Operária, do Estado Operário.

7.3 - Conselhos: elo de ligação entre a cidade e o campo.

Na Itália de 1920, a produção agrícola ainda superava a industrial. As lutas pela posse da terra atingiam várias regiões de norte a sul do país. Frente a essa situação, os políticos burgueses queriam "resolver" a questão agrária entregando aos camponeses pobres as terras incultas ou mal cultivadas. Essa tese, que recebia o apoio dos deputados socialistas, tinha como consequência imediata a ocultação da questão da propriedade privada da terra, base do poder dos setores agrários.

Analisando essa situação, Gramsci sublinhava que *“a entrega das terras incultas ou mal cultivadas aos camponeses, além de ser contrária aos interesses destes, é acima de tudo anti-revolucionária: o que obtém um camponês invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no local de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que adquiram a própria colheita (se é que o camponês chega à colheita sem antes pendurar-se no mais forte arbusto da mata, ou na mais tísica figueira selvagem, da terra inculta!) e o salvem das garras dos agiotas, que pode um camponês pobre com a invasão? Ele satisfaz de imediato os seus instintos de proprietário, sacia a sua primitiva avidez de terra, mas depois, quando percebe que os braços não bastam para romper a terra que só a dinamite pode abrir, quando percebe que são necessárias sementes, adubos e instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas essas coisas indispensáveis, e pensa na futura série de dias e de noites a passar em uma terra sem casa, sem água, com malária, o camponês sente a sua impotência, a sua solidão, a sua condição desesperada e torna-se um bandido, não um revolucionário, um assassino a serviço dos «senhores», e não um combatente pelo comunismo”* (Ordine Nuovo, 3/01/1920).

Portanto, a alternativa para os camponeses pobres não pode ser o acesso à terra pior, mas ela deve ser procurada na aliança com os operários da indústria. Por isso, *“é necessário ligar a cidade ao campo, suscitar no campo instituições de camponeses pobres sobre as quais o Estado socialista possa fundar-se e desenvolver-se, através das quais seja possível ao Estado socialista promover a introdução das máquinas e determinar o grandioso processo de transformação da economia agrária”* (Ordine Nuovo, 2/08/1919). Se a separação cidade-campo possibilitava a dominação da burguesia italiana; a aliança operário-camponesa tornaria possível o Estado proletário na Itália.

O PSI dava pouca importância às lutas que vinham se desenvolvendo no campo. E, no entanto, este era um enfrentamento vital para o proletariado. Para Gramsci, a aliança operário-camponesa passava pela criação dos Conselhos Camponeses como órgãos de controle da produção. *“Este organismo de controle, o Conselho dos Camponeses, mesmo deixando subsistir as formas médias de apropriação (pequena propriedade), fará obra de coesão e de transformação psicológica e técnica, será a base da vida comum nos campos, o centro através do qual os elementos revolucionários poderão fazer valer de modo contínuo e concreto a sua vontade”* (Ordine Nuovo, 6 a 13/12/1919).

Diante desse desafio torna-se indispensável realizar um amplo processo de educação política das massas. Além de vencer resistências e preconceitos já arraigados no meio da própria classe, é necessário *“unificar os sentimentos e as aspirações das grandes massas na compreensão do programa comunista, difundir incessantemente a persuasão de que os atuais problemas da economia industrial e agrícola só podem ser resolvidos fora do parlamento, contra o parlamento, pelo Estado Operário”* (Ordine Nuovo, 3/01/1920).

Para tanto, a classe operária deve subtrair os camponeses pobres, os meeiros, os foreiros, etc., da dominação político-ideológica burguesa. A única saída para a construção do Estado proletário, está na unidade revolucionária cidade-campo num grande e prolongado esforço de penetração e

organização revolucionária das massas. Mas, como já vimos, as próprias direções do movimento davam sua contribuição para que esta possibilidade fosse destruída antes mesmo dela tornar-se realidade em regiões significativas do território nacional.

8 - A ascensão do fascismo e a divisão da esquerda.

Como Gramsci previa ao comentar os acontecimentos de 1919-1920, nesse momento ou se fazia a revolução ou, falhando essa, viria uma terrível contra-revolução. É com o fracasso das ocupações das fábricas que o fascismo se afirma. A burguesia estava realmente preocupada e decidida a pôr um ponto final às ações do movimento operário. A violência começava a desencadear-se: a 14 de outubro de 1920, o jornal socialista de Trieste, *Il Lavoratore*, é incendiado. Queimar, destruir, bater, fazer engolir óleo de rícino passariam a ser ações características dos grupos fascistas interessados em combater e dismantelar as organizações dos trabalhadores que pudessem representar um sério empecilho à implantação do projeto da classe dominante.

Inicialmente, os esquadrões fascistas eram sustentados financeiramente pelos latifundiários, e obedeciam às ordens de oficiais desmobilizados. Os primeiros ataques ocorrem na Emilia Romagna (região do centro-norte da Itália), forte reduto socialista, e no vale do rio Pó, onde havia uma forte presença sindical católica. Porque aí? Exatamente porque nestas áreas as organizações operárias e camponesas, socialistas ou não, eram mais sólidas e sua ação havia colocado em cheque o controle da força de trabalho por parte de patrões e latifundiários.

Pouco a pouco, o terror dos grupos fascistas espalhava-se em todas as cidades italianas com o apoio explícito das autoridades militares (que forneciam os caminhões para o rápido deslocamento dos esquadrões de uma cidade a outra), dos capitalistas e dos órgãos de imprensa ligados à classe dominante.

Por outro lado, o refluxo das ocupações das fábricas dirigidas pelos Conselhos apontava para um período onde seria mais difícil organizar os operários e retomar as lutas. Mais uma vez, o PSI e a CGL demonstravam serem incapazes de encaminhar as tarefas que se faziam necessárias.

No final de setembro de 1920 a direção do PSI dividia-se entre aqueles que, para cumprir totalmente com as 21 condições para a admissão do partido à Internacional Comunista, propunham a expulsão da ala reformista do partido, e os comunistas unitários que, apesar de acatar as decisões da internacional, clamavam pela manutenção da unidade do partido. Após as discussões, os reformistas permaneciam no partido e em outubro consolidavam a facção concentracionista.

Em janeiro de 1921, realizava-se em Livorno o XVII Congresso Nacional do PSI. A expulsão dos reformistas do partido e a adesão deste à internacional comunista ocupavam o centro das atenções. No seu discurso de abertura, Paul Levi, representante do Partido Comunista Alemão, declarava-se favorável à expulsão dos reformistas dizendo: *“Na Alemanha tivemos por muito tempo a unidade, tivemos por muito tempo o grande Partido Social Democrata, e, hoje, maldizemos os assassinos que saíram desse partido. Existem momentos em que é necessário separar-se e tomar cada qual o próprio caminho. Existem, na evolução do proletariado, momentos em que aquele que foi nosso irmão ontem não o é mais hoje, não o será mais amanhã”*.

Lazzari, do grupo concentracionista, afirmava: *“Nós condenamos a violência como uma necessidade histórica, mas também como uma triste necessidade. Nós afirmamos ainda que existe uma violência inútil e mesmo nociva. Eu me lembro de um artigo aparecido no Avanti e que era uma exaltação da violência respondendo à violência dos adversários: bem, o autor deste artigo queria fazer-nos voltar à lei do Talião, olho por olho, dente por dente (...). Tendes adotado medidas de uma violência inútil; tendes enganado, tendes desviado as massas! E hoje sóis obrigados a fazer o vosso*

mea culpa! Colheis hoje o que semeastes. Esqueceste-vos que acima de nós deve planar um ideal mais alto de bondade e de fraternidade. esqueceste-vos do espírito do socialismo”.

Mas as propostas do grupo concentracionista não paravam por aqui. Através de seus mais ilustres representantes propunha a manutenção do nome do partido, a disciplina de ação, a expulsão dos anarco-sindicalistas e posicionava-se contra a ditadura do proletariado, “*coisa inconveniente aos povos democraticamente desenvolvidos*”, contra o emprego da violência e dos meios ilegais na luta de classes.

O grupo dos comunistas unitários mantinha a sua posição contrária à expulsão da ala reformista do partido alegando que, apesar de aceitar as condições para a filiação do mesmo à III Internacional, estas deveriam ser entendidas a partir do contexto e da história italiana durante a qual o partido nunca teria ultrajado a bandeira socialista.

Quanto aos comunistas, entre eles o próprio Gramsci, concordavam com as 21 condições, com as decisões do segundo congresso da Internacional e colocavam-se a favor da expulsão dos reformistas e da anulação do pacto PSI-CGL¹⁵.

Através de seus representantes, a Internacional Comunista, defendia de forma intransigente a cisão do partido. O búlgaro Kabaktchiev, discursando em plenário dizia: “*A unidade do partido é uma fórmula equivocada: ela significa a unidade entre os comunistas e os inimigos do comunismo. Não há lugar para essa unidade no seio da Internacional. Os que querem permanecer na Internacional Comunista têm que agrupar-se contra os reformistas*”.

Postas em votação as moções no dia 21 de janeiro de 1921, os unitários obtinham 57% dos votos; os comunistas 34%, os reformistas e os demais grupos somavam 9%.

Derrotados, os comunistas se retiravam para fundar o Partido Comunista d'Itália, Seção da Internacional Comunista. Um contingente significativo da juventude socialista e do operariado aderiu ao novo partido. A posição minoritária dos comunistas era reafirmada pelo congresso da CGL em Livorno (26/02 a 4/03/1921). Os socialistas alcançavam 77% dos votos e os comunistas apenas 23%.

A situação era difícil. De um lado, o PSI havia demonstrado inúmeras vezes não poder e não querer dirigir o movimento operário sindical nos caminhos da revolução. De outro, assistia-se ao crescente enfrentamento com o fascismo. Ainda minoritários, os militantes do recém nascido Partido Comunista “*devem demonstrar que são realmente capazes de dominar os acontecimentos, de saber preencher cada hora e cada minuto com a ação que aquela hora e aquele minuto demandam, de serem capazes de soldar um ao outro os anéis da corrente histórica que deve concluir-se com a vitória do proletariado*” (Ordine Nuovo 28/01/1921).

Enquanto isso, em novembro de 1921, durante o III Congresso Fascista era fundado em Roma o Partido Nacional Fascista. A transformação do movimento em partido marcava o fim dos discursos com tonalidades anticapitalistas e das propostas sociais do programa fascista de 1919. Em seu lugar, ganhavam cada vez mais destaque a questão da defesa do Estado, dos supremos interesses da nação, do antiparlamentarismo, a proibição das greves nos serviços públicos e o progressivo fortalecimento do exército.

As adesões ao Partido Fascista aumentavam sobretudo entre os jovens, os setores médios da sociedade, os industriais e os membros da pequena burguesia. A violência dos esquadrões fascistas crescia em todo o país no intuito de dar uma demonstração de forças a todos os possíveis opositores.

Mas a ação do fascismo não era exclusivamente baseada na violência. No dia 12 de maio de 1922, por exemplo, 40 mil trabalhadores rurais guiados por Italo Balbo (membro do Partido Fascista)

¹⁵ Assinado em 29 de setembro de 1918, o pacto estabelecia: 1. Greves e agitações políticas teriam sido propostas e dirigidas pelo partido após consulta à CGL sem que esta colocasse obstáculos à sua realização; 2. Greves e agitações de caráter econômico, ao contrário, teriam sido dirigidas pela CGL após ter consultado previamente a direção do partido.

concentravam-se na cidade de Ferrara, norte da Itália, e declaravam a “*greve fascista*”. Os trabalhadores acampavam na cidade e durante a sua permanência eram assistidos em tudo por serviços de apoio extremamente eficientes, totalmente custeados pelos latifundiários. A greve buscava pressionar o governo a iniciar as obras públicas já planejadas como forma de reduzir o elevado índice de desemprego daquela região. Além de conter o descontentamento popular nos limites aceitos pelo sistema, o Partido Fascista podia, mais uma vez, credenciar-se como representante dos interesses dos trabalhadores.

No dia 26 de outubro de 1922, os esquadrões fascistas marchavam sobre Roma com cerca de 25 mil homens mal e porcamente armados . Apesar do exército italiano contar com mais de 28 mil soldados na própria cidade de Roma, estes não iriam oferecer resistência alguma. No dia 29 o rei entregava a Mussolini a tarefa de dirigir o governo italiano.

No ano seguinte, Mussolini buscava consolidar o seu poder englobando ao movimento fascista os agrupamentos de caráter nacionalista e os setores à direita do Partido Popular. Além disso, procurava estabelecer relações de colaboração com várias organizações sindicais para afastá-las dos socialistas e levava adiante um processo de reestruturação interna do Partido Fascista com a finalidade de reduzir o poder dos chefes locais e de limitar os excessos dos esquadrões fascistas. Agora era necessário consolidá-lo como partido da ordem e de governo.

Do ponto de vista legislativo, dois grandes eventos marcavam o ano de 1923: a reforma da escola e a reforma do sistema eleitoral. Pelas novas regras, a lista que nas eleições parlamentares conseguisse obter o maior número de votos, ocuparia dois terços das cadeiras do parlamento (356) enquanto que o terço restante (179) seria dividido proporcionalmente entre as outras listas que participavam das eleições. Estava criado o mecanismo legal que iria garantir a consolidação do Partido Fascista e a definitiva implantação da ditadura de Mussolini.

No campo socialista, a colaboração de classes, o reformismo, a submissão ao jogo institucional da burguesia e à sua ordem, contribuía significativamente para descaracterizar a identidade da classe trabalhadora, para aniquilar as organizações de base do proletariado e para a recompor as forças burguesas que haviam encontrado em Mussolini o caminho para superar a crise na qual estavam mergulhadas.

Com o afirmar-se do fascismo no cenário nacional e a prisão de líderes e intelectuais do movimento operário sindical, os trabalhadores amargavam o peso da repressão e da derrota por ter perdido na crise que se seguia ao final da primeira guerra mundial um momento chave para a transformação revolucionária da sociedade italiana.

Em condições bem mais difíceis, tratava-se agora de enfrentar o desafio de organizar a classe, de recuperar a sua identidade e de construir o seu projeto de sociedade no dia a dia dos enfrentamentos com as forças da repressão e das ações levadas adiante na clandestinidade com os poucos e precários meios dos quais os trabalhadores podiam dispor.

Bibliografia:

- DEL PRETTE MARCOS ESTEVAN, "Hegemonia, organização e projeto", em : **História e perspectiva** N. 5, Universidade Federal de Uberlândia, julho/dezembro 1991.

- DIAS EDMUNDO FERNANDES, **Notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento gramsciano até à fundação do PCI**, Mímeo, Campinas 1983.
- DIAS EDMUNDO FERNANDES, **Democracia Operária**, Vol. I e II, Editora da Unicamp, Campinas 1987.
- DIAS EDMUNDO FERNANDES, "Hegemonia: Nuova Civiltá ou domínio ideológico", em: **História e perspectiva** N. 5, Universidade Federal de Uberlândia, julho/dezembro 1991.
- GRAMSCI ANTÔNIO, **L'Ordine Nuovo - 1919-1920**. Einaudi Editore, Torino 1987.
- GRAMSCI ANTÔNIO, **Scritti Politici**. Editori Riuniti, Roma 1978.
- GRAMSCI ANTÔNIO, **Quaderni del carcere**. Vol. I, II, III, Einaudi Editore, Torino 1975.
- GRAMSCI ANTÔNIO e BORDIGA AMADEO, **Conselhos de Fábrica**. Editora Brasiliense, São Paulo 1981.
- VÁRIOS AUTORES, **Storia d'Itália - Cronologia 1815-1990**. Instituto Geográfico De Agostini Editore, Novara, 1991.

Com este mapa você poderá localizar facilmente as cidades italianas citadas no texto:

